



**Boletim de
Conjuntura
Econômica**

15

maio e junho/21

sãojudas ›

usjt.br

Sumário

- 1. Atividade Econômica**
- 2. Inflação e Preços**
- 3. Mercado de Trabalho**
- 4. Contas Públicas**
- 5. Contas Externas**
- 6. Crédito, Juros e Bolsa**
- 7. Considerações Finais**

1. Atividade Econômica

PIB – Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) mostrou um crescimento de 1,2% na comparação com o quarto trimestre de 2020, na série com ajuste sazonal. Na comparação com igual período de 2020 o PIB apresentou um avanço de 1,0% no primeiro trimestre deste ano. No acumulado dos quatro trimestres o PIB registrou uma queda de 3,8% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Tabela 1 – Principais resultados do PIB a preços de mercado – 1º Trimestre 2020 ao 1º Trimestre 2021

Taxas %	2020.I	2020.II	2020.III	2020.IV	2021.I
Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior	-0,3	-5,6	-5	-4,1	1
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores	1	-2,1	-3,4	-4,1	-3,8
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior	-0,3	-10,9	-3,9	-1,1	1
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	-2,2	-9,2	7,8	3,2	1,2

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais Trimestrais - SCNT
Elaboração: GT Atividade Econômica USJT

Em relação aos setores da economia, em comparação com o trimestre anterior, com variações negativas apresentam-se a Indústria de transformação (-0,5%) e Administração, defesa, saúde e educação pública e seguridade social (-0,6%). O Comércio, Atividades imobiliárias, Eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos apresentaram resultado positivo com 1,2%, 1,0% e 0,9% respectivamente. A Agropecuária apresentou o maior resultado com 5,7% comparado com o quarto trimestre de 2020, após a mesma segue o Transporte, armazenagem e correio (3,6%), Indústrias Extrativas (3,2%), Construção (2,1%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (1,7%), Informação e comunicação

(1,4%) e o PIB (1,2%). O menor crescimento foi o resultante de outras atividades de serviços, que obteve 0,1%.

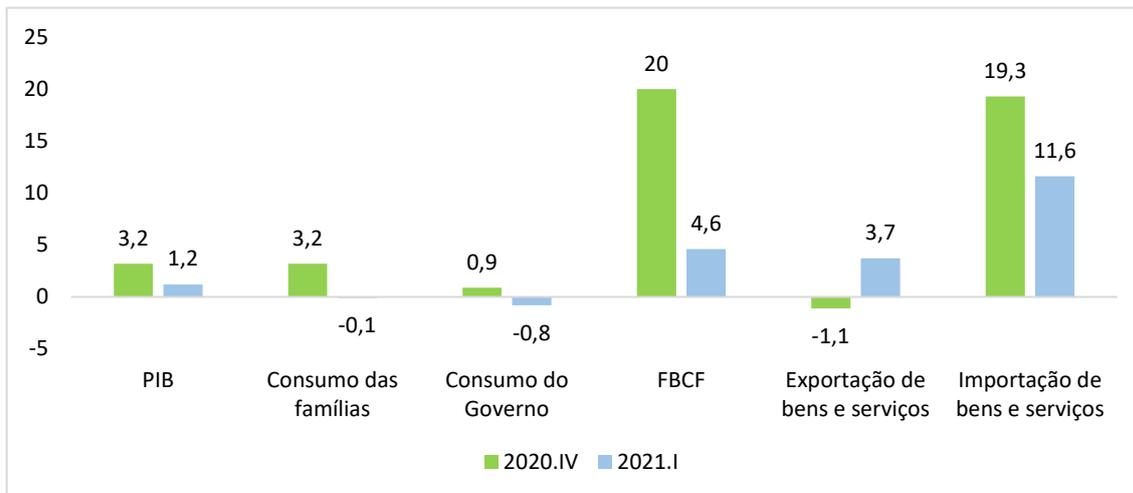
Gráfico 1 – PIB e subsetores (com ajuste sazonal) – Taxa (%) do trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior



Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais - SCNT
Elaboração: GT Atividade Econômica USJT

Entre os componentes da demanda agregada, a Despesa de Consumo das Famílias (-0,1%) e a Despesa de Consumo do Governo (-0,8%) apresentaram queda em relação ao trimestre imediatamente anterior, enquanto a Formação Bruta de Capital Fixo (4,6%) registrou uma alta. No que se refere ao setor externo, as Exportações de Bens e Serviços tiveram um aumento de 3,7%, enquanto as Importações de Bens e Serviços cresceram 11,6% em relação ao quarto trimestre de 2020.

Gráfico 2 – PIB e subsetores (com ajuste sazonal) – Taxa (%) do trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior

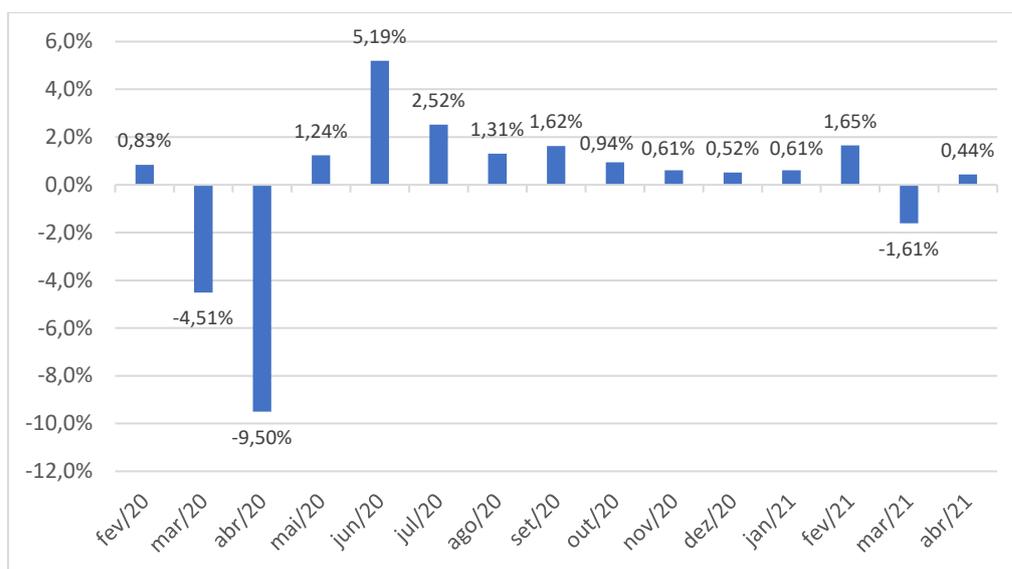


Fonte: IBGE - Contas Nacionais - SCNT
 Elaboração: GT Atividade Econômica USJT

IBC- BR

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado prévia do Produto Interno Bruto (PIB) da autoridade monetária, teve alta de 0,44% em abril de 2021 na comparação com março, na série dessazonalizada. Na comparação com abril de 2020, a alta foi de 15,92%, na série observada. Em sua comparação anual, a alta foi de 4,77% e no acumulado em doze meses o IBC-Br caiu 1,20%, ambos na série com ajuste sazonal. conforme pode ser visto no gráfico 3.

Gráfico 3 - Evolução mensal do IBC-BR - mês/mês anterior - sem ajuste sazonal

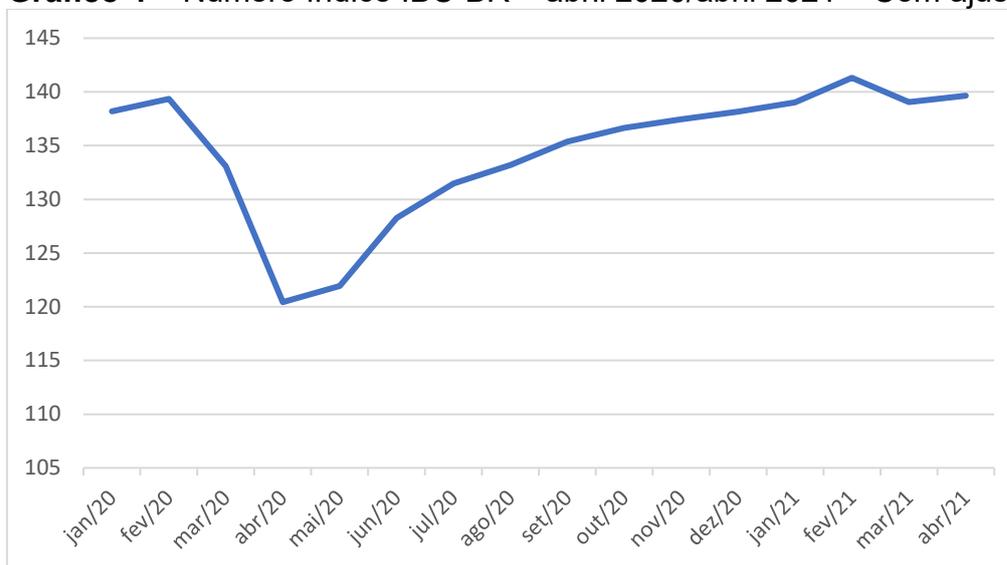


Fonte: Banco Central
 Elaboração: GT de Atividade Econômica USJT



Com alta, o indicador alcançou os 139,65 pontos no mês de abril 2021. Desta forma, o IBC-BR está bastante acima dos 120,43 pontos registrados em abril de 2020, mês afetado pelos impactos da pandemia na economia brasileira.

Gráfico 4 – Número índice IBC-BR – abril 2020/abril 2021 – Com ajuste sazonal



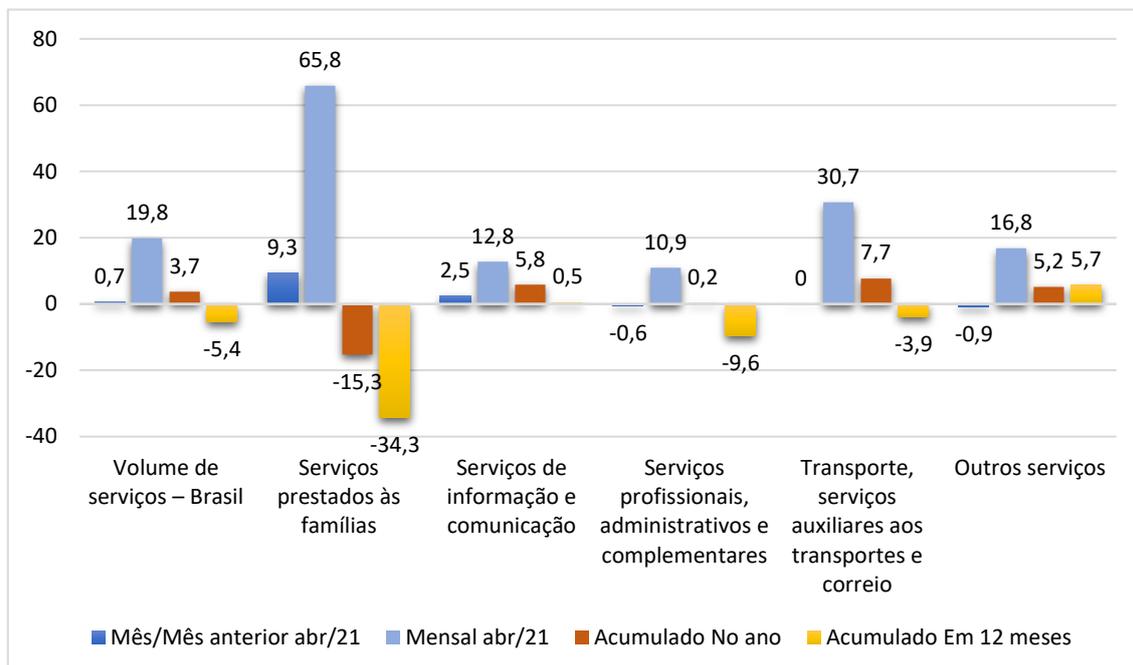
Fonte: Banco Central

Elaboração: GT de Atividade Econômica USJT

SERVIÇOS

Em abril de 2021, o volume de serviços no Brasil registrou crescimento de 0,7% frente ao mês imediatamente anterior, dentro da série sem influências sazonais. Com isso, o setor de serviços volta a encurtar o distanciamento para o nível pré-pandemia, já que se encontra 1,5% abaixo do patamar de fevereiro de 2020. Em relação com igual mês do ano anterior, o total do volume de serviços avançou 19,8% em abril, sendo a segunda taxa positiva seguida e a mais intensa da série histórica. No acumulado de janeiro a abril de 2021, o volume de serviços avançou 3,7% frente a igual período do ano anterior. O indicador acumulado nos últimos doze meses, ao passar de -8,0% em março para -5,4% em abril de 2021, manteve a trajetória ascendente iniciada em fevereiro deste ano (-8,6%).

Gráfico 5 – Indicadores de Serviços, segundo as atividades – abril 2021 – variação (%)

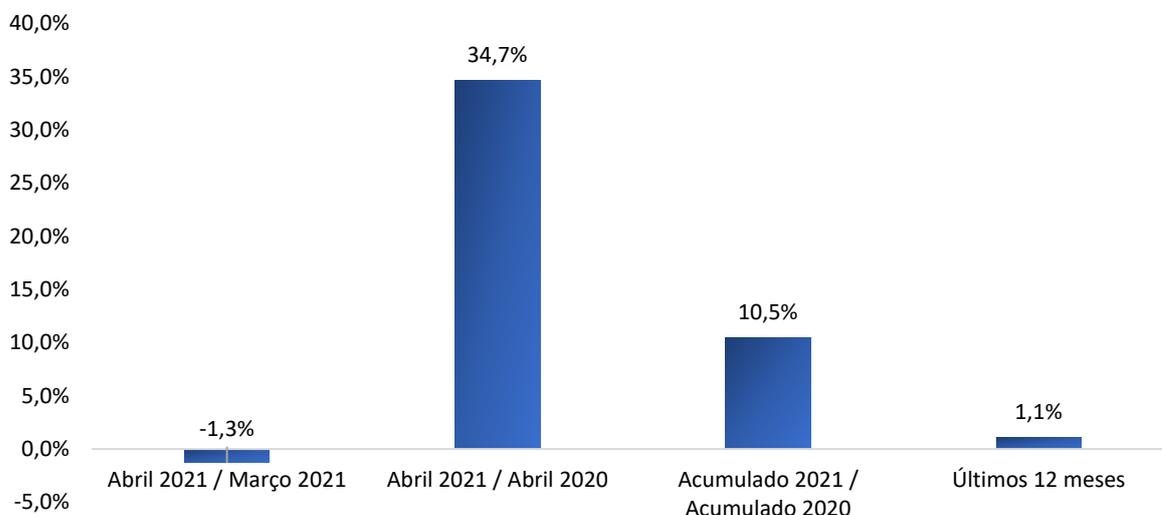


Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços - PMS
 Elaboração: GT de Atividade Econômica USJT

Indústria

A atividade industrial apresentou queda de 1,3% na passagem de março para abril, refletindo as restrições impostas na atividade econômica em meados de março que vigoraram até o final do mês de abril. Porém, no comparativo de abril de 2021 em relação ao igual mês do ano anterior, observa-se uma variação percentual positiva de 34,7%, sendo a nona taxa positiva consecutiva nessa comparação, este resultado é devido a brusca queda da atividade industrial ocorrida em abril de 2020. No acumulado dos últimos 12 meses, nota-se um crescimento de 1,1%. Essa é a terceira queda seguida, com perda de 4,4% no período analisado. A indústria acumula expansão de 10,5% no ano, intensificando a alta frente ao último quadrimestre de 2020 que apresentou um aumento de 3,5%. Já no acumulado dos últimos doze meses a produção voltou a ficar positiva apresentando 1,1% após 22 taxas negativas.

Gráfico 6 - Variação percentual da produção da Indústria Brasil – abril de 2021

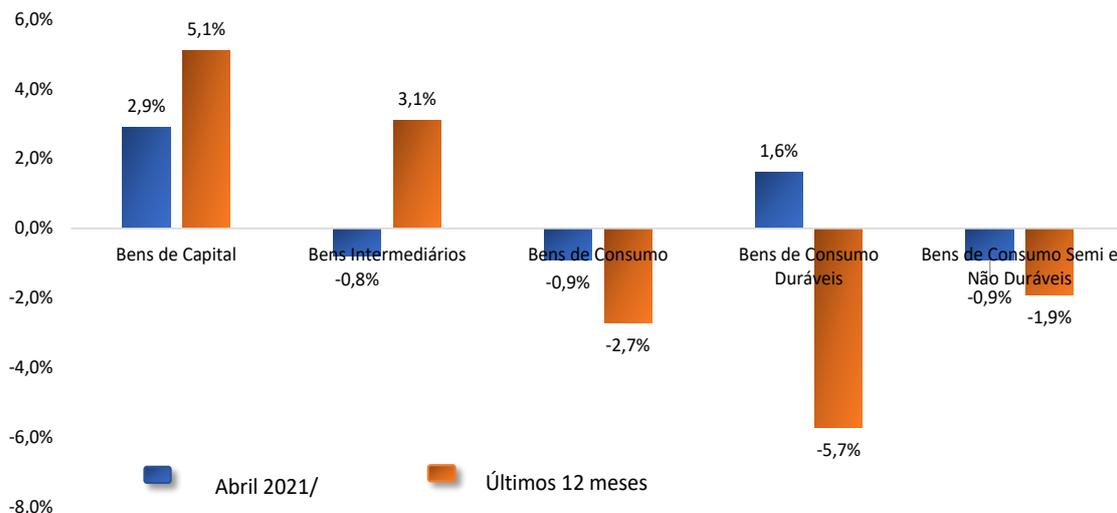


Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal - PIM
Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

Em relação aos segmentos industriais, os únicos resultados positivos na passagem de março para abril deste ano, foram nos setores de Bens de Capital e Bens de Consumo Duráveis (2,9% e 1,6%, respectivamente). Já os segmentos mais impactados do mês, foram: Bens Intermediários (-0,8%), Bens de Consumo (-0,9%) e Bens de Consumo Semi e Não Duráveis (-0,9%).

No acumulado dos últimos 12 meses, percebe-se que os segmentos que estão performando melhor, são os de Bens de Capital (5,1%) e Bens Intermediários (3,1%). Todos os outros segmentos apresentam variação percentual negativa no acumulado de 12 meses.

Gráfico 7 – Produção Industrial - variação por categoria de produto
 Brasil – fevereiro de 2021 (mês/igual mês do ano anterior)



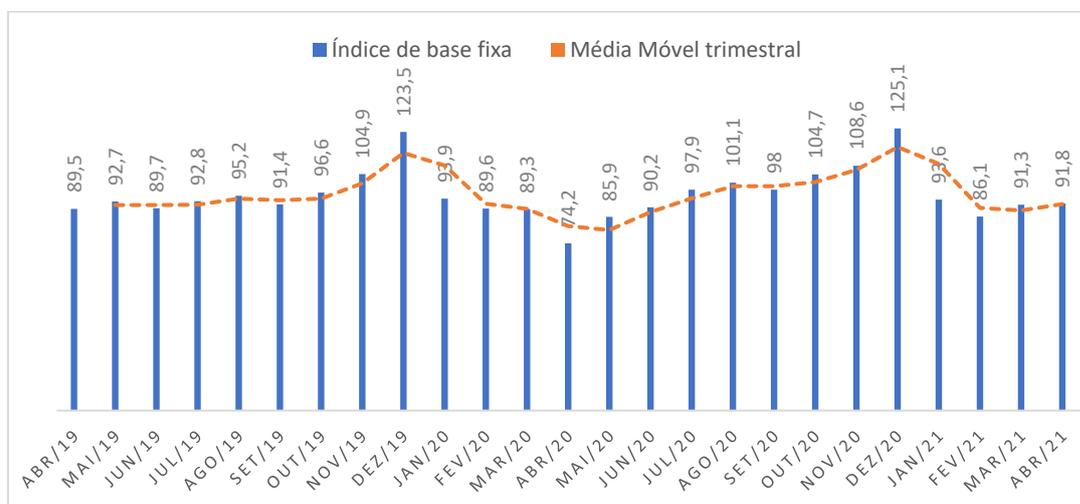
Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal - PIM
 Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

COMÉRCIO

COMÉRCIO VAREJISTA

Em abril de 2021, o volume de vendas do comércio varejista nacional registrou aumento de 1,8% frente ao mês imediatamente anterior, na série sem ajustes sazonais, após queda de 1,1% em março. Com isso, a evolução do índice de média móvel trimestral para o varejo, depois do decréscimo de 0,2% no trimestre encerrado em março, mostrou acréscimo de 0,4% no trimestre encerrado em abril, conforme mostra gráfico 8.

Gráfico 8 – Volume de vendas do varejo com ajuste sazonal – Índice de base fixa e média móvel – abril/19 – abril/21



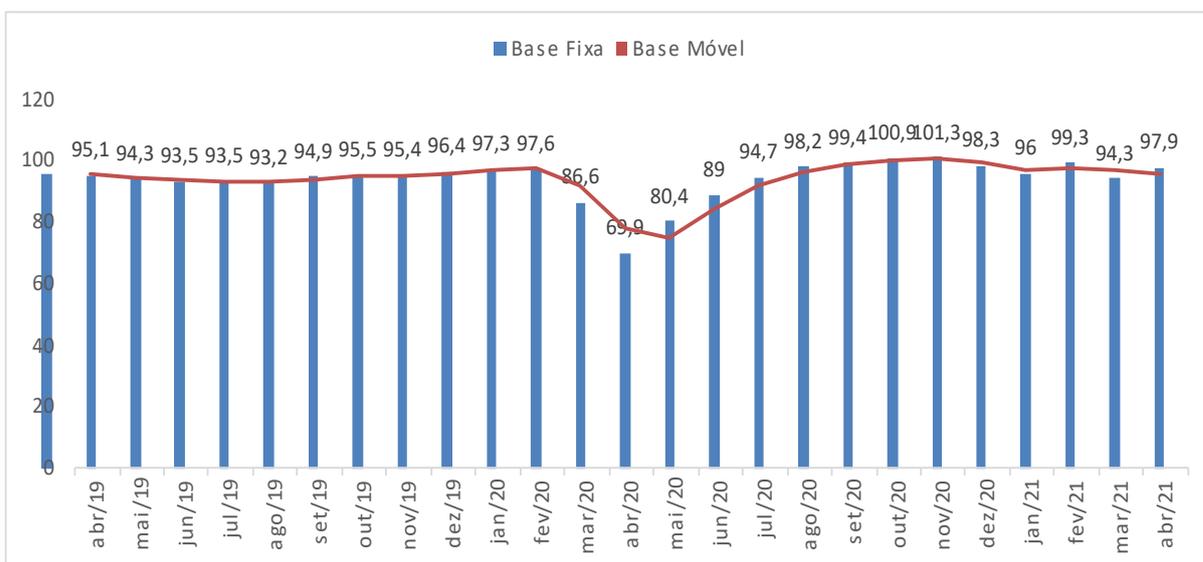
Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio - PMC
 Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO

O comércio varejista ampliado, que inclui, além do varejo, as atividades de veículos, motos, partes e peças e de material de construção, apresentou aumento de 3,8% em relação a março de 2021. O resultado contribuiu para que a média móvel do trimestre encerrado em abril mostrasse crescimento no ritmo de vendas, quando comparada com a média móvel no trimestre encerrado em março que teve uma queda de 1,4%. Frente a abril de 2020 obteve um aumento de 41%. Assim o varejo ampliado acumulou 9,2% no período de janeiro a abril de 2021 e seu acumulado dos últimos doze meses trouxe expansão de 3,5% em abril apontando uma melhora no ritmo de vendas.

O comércio varejista ampliado, frente a fevereiro de 2020, recuou 1,9%, segunda negativa consecutiva (-3,1% em janeiro), após seis meses de altas consecutivas. Assim, o varejo ampliado fecha o primeiro bimestre de 2021 com -2,5% em relação ao mesmo período de 2020. O indicador acumulado nos últimos doze meses, ao passar de -2,0% até janeiro para -2,3% em fevereiro, aponta queda no ritmo de vendas. O gráfico 9 apresenta a evolução do número índice.

Gráfico 9 – Volume de vendas do varejo ampliado com ajuste sazonal – índice de base fixa e média móvel – abril/19 – abril/21



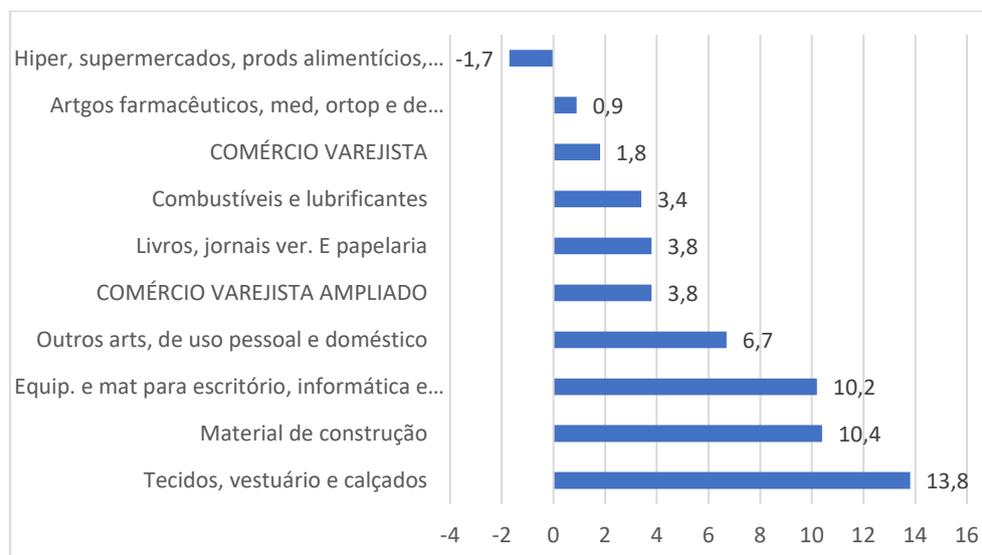
Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio - PMC
 Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

RESULTADOS SETORIAIS

O aumento de 1,8% no volume de vendas do comércio varejista teve muitas taxas positivas, atingindo sete das oito atividades analisadas. Móveis e

eletrodomésticos (24,8%), Tecidos, vestuário e calçados (13,8%), Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (10,2%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (6,7%), Livros, jornais, revistas e papelaria (3,8%), Combustíveis e lubrificantes (3,4%) e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (0,9%). Atividade de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-1,7%) foi a única a apresentar queda nas vendas frente a março de 2021. Já no varejista ampliado tivemos uma participação positiva do setor de Veículos, motos, partes e peças (20,3%) e de Material de construção (10,4%), conforme pode ser visto no gráfico 10.

Gráfico 10 – Volume de vendas do comércio varejista e varejista ampliado por segmento – Indicador mês/mês imediatamente anterior – Série com ajuste sazonal – abril de 2021



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio - PMC
Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

2. Inflação e Preços

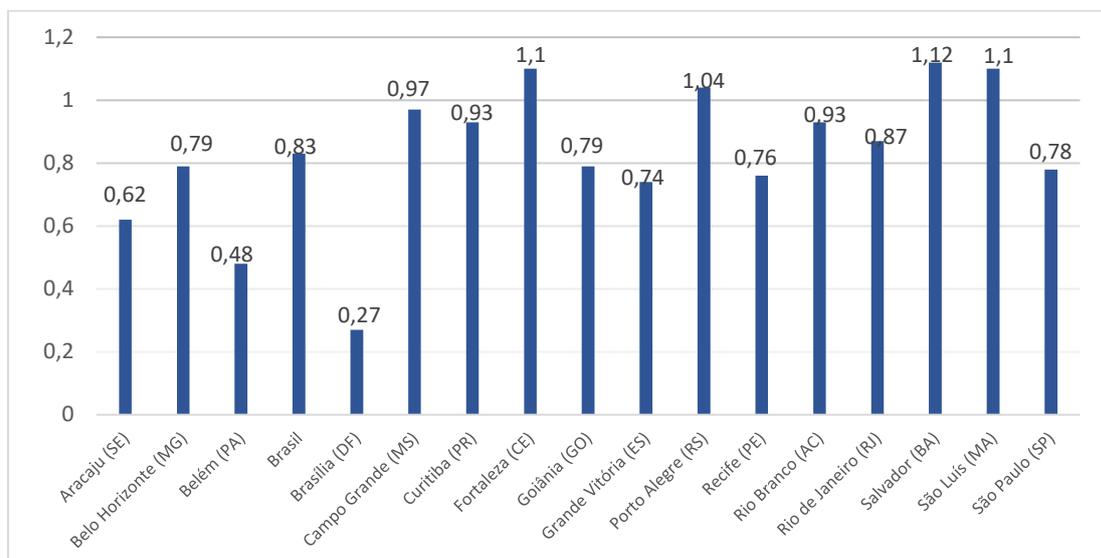
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA IBGE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do mês de maio do ano de 2021 apresentou alta de 0,83%, o maior índice em 25 anos de história brasileira. Cerca de 0,52 ponto percentual (p.p) acima do mês de abril (0,31%) foi registrado. Há uma alta acumulada durante o ano de 3,22% e, nos últimos 12 (doze) meses, de 8,06%. Comparando ao ano anterior, houve um aumento significativo, principalmente tendo em vista que o índice registrava uma variação negativa de -0,38%.

Durante o cálculo deste mês, foram comparados os preços coletados no período de 30 de abril a 27 de maio de 2021 (referência) com os preços vigentes no período de 30 de março a 29 de abril de 2021 (base).

No tocante aos índices regionais, todas as regiões apresentaram variação positiva no mês. O maior registro foi em Salvador (1,12%), em virtude das altas apresentadas pela gasolina (8,43%) e energia elétrica (10,54%). Quanto ao menor resultado, Brasília (0,27%) conquistou seu baixo percentual em virtude da queda nos preços das passagens aéreas (-37,10%) e das frutas (-10,68%).

Gráfico 11 - IPCA-IBGE. Variação mensal por capital. maio de 2021.



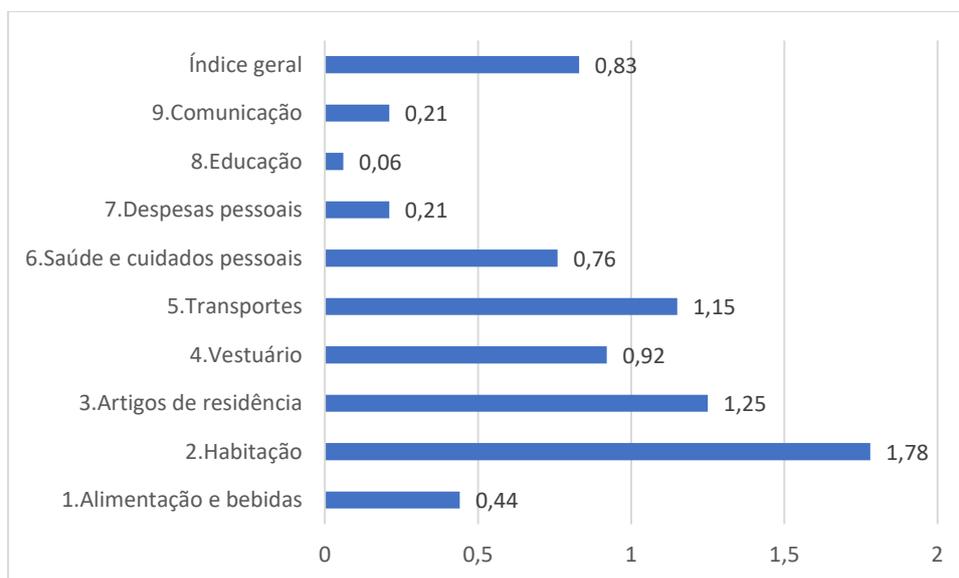
Fonte: IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

Quanto aos grupos avaliados, todos tiveram alta no período. O maior impacto (0,28 p.p) e maior variação (1,78%) vieram da Habitação, devido a alta da Energia Elétrica (5,37%) em virtude do vigor da bandeira vermelha, que aumenta consideravelmente a conta. Também contribuíram os aumentos de da taxa de Água e Esgoto (1,61%), Gás de Botijão (1,24%) e Gás Encanado (4,58%). Logo atrás ficaram os Artigos de Residência (1,25%) e a categoria Transportes (1,15%).

Os Artigos de Residência (1,25%) foram fortemente influenciados pelas consecutivas altas nos itens TV, Som e Informática (2,16%), junto aos Eletrodomésticos e Equipamentos (1,04%)

Para os Transportes (1,15%), o maior fator contribuinte foi o aumento da Gasolina (2,78%). Para Saúde e Cuidados Pessoais, houve aumento nos Produtos Farmacêuticos (1,47%) graças a autorização do reajuste de até 10,08% no preço destes.

Gráfico 12 – IPCA – IBGE Variação percentual mensal por grupos
Brasil – maio de 2021 (em %)



Fonte: IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna IGP-M- FGV

O IGP-M é divulgado mensalmente pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) e registra a inflação de preços ao produtor, consumidor e construção civil. Seu resultado é a média aritmética ponderada dos índices IPA (Índice de Preços por Atacado), IPC



(Índice de Preços ao Consumidor) e INCC (Índice Nacional do Custo da Construção), com pesos de 60%, 30% e 10%, respectivamente.

Em maio de 2021, o IGP-M subiu 4,1%. Este resultado trouxe um acumulado de 14,39% no ano e de 37,04% em 12 meses; em uma comparação com maio de 2020, o IGP-M estava por volta de 0,28% e em um acumulado de 6,51% em 12 meses. É notável que em maio todos os índices integrantes subiram, principalmente por conta da aceleração da variação dos preços das commodities o que consequentemente puxou o IGP-M para cima.

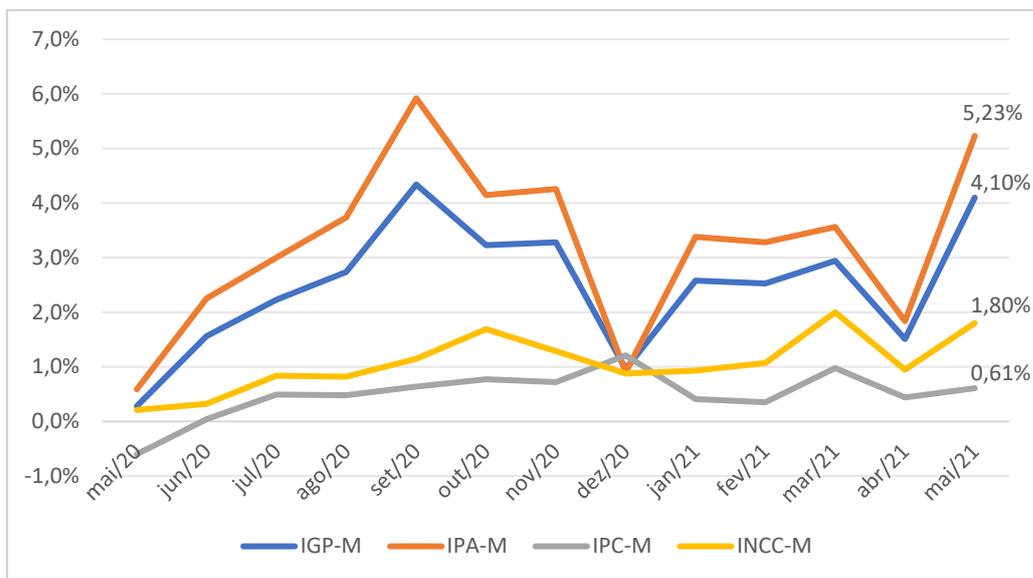
Em uma análise mais sucinta, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) variou 5,23% tendo como principal contribuição o minério de ferro (variação de -1,23% para 20,64%), cana-de-açúcar (variação de 3,43% para 18,65%) e milho (variação de 8,70% para 10,48%). O grupo de Bens Finais variou aproximadamente 1,6% em maio. Um subgrupo de bens finais denominados alimentos processados que, de uma taxa de 2,03%, migrou para 2,98%, contribuiu de forma majoritária. A variação de bens intermediários entrou em maio com uma queda em sua taxa para 2,59% ante uma taxa de 3,16% em abril sendo puxado, em suma, pelo grupo de combustíveis e lubrificantes para a produção.

O grupo de matérias-primas brutas alavancou a sua taxa para 10,15% após ter subido aproximadamente 1,3% em abril. Essa variação ocorreu, positivamente, por conta do avanço das taxas do minério de ferro, cana-de-açúcar e soja em grãos. Pelo lado negativo houve um decréscimo para itens bovinos, leite in natura e laranja.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) subiu cerca de 0,6% após ter variado aproximadamente 0,44% em abril. A principal contribuição foi obtida por conta da tarifa de eletricidade residencial, grupo integrante de habitação. Por outro lado, teve-se também um acréscimo nos setores vestuário, alimentação, comunicação e setores educacionais. O grupo que em abril puxou o índice para cima, este mês apresentou variação decrescente.

No cenário do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) houve uma variação de 1,8% ante uma variação de 0,95 no mês anterior. Os índices que puxaram foram: materiais e equipamentos (2,17% para 2,39%), serviços (0,52% para 0,95%) e mão de obra (0,01% para aproximadamente 1%).

Gráfico 13 - Variação mensal por componente do IGP-M, abril de 2021 (em %).



Fonte: IBRE-FGV

Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

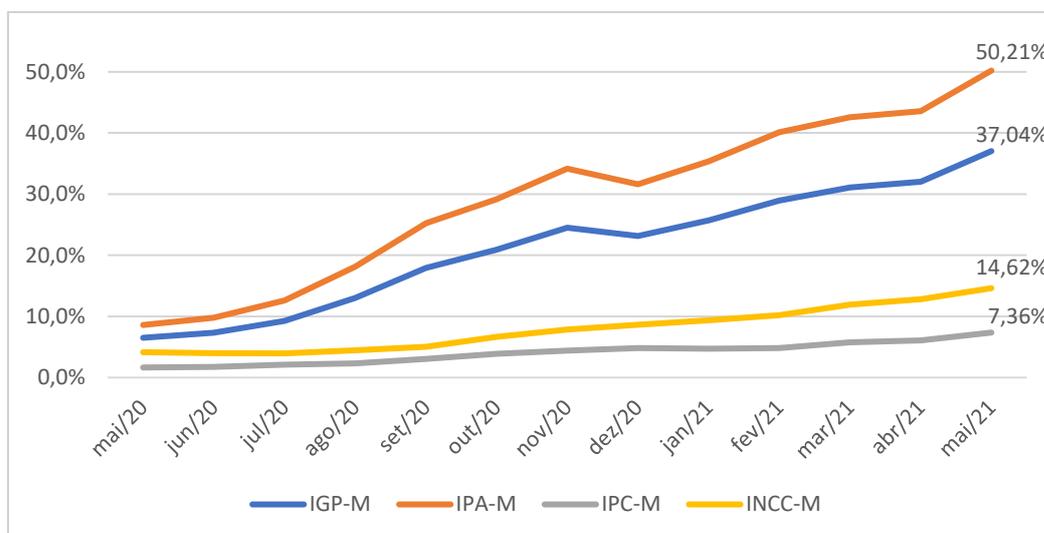
No acumulado dos últimos 12 meses, o IGP-M chegou a 37,04%, fortemente impactado pelo IPA (50,21%), que alcançou o maior valor acumulado em 12 meses desde do Plano Real. Já o IPC e INCC, apesar de também estarem em alta, 7,36% e 14,62% respectivamente, se situam em patamar bem inferior ao IPA, mas em valores expressivos.

O descolamento se explica pelo fato de o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que engloba variações de preços nos setores industrial e agropecuário – como *commodities* e insumos – ter um peso de 60% do IGP-M e ser muito sensível à variação cambial por estas serem cotadas em dólar.

Esse aumento também tem reflexo ainda das consequências causadas pela pandemia que devido à desvalorização cambial do real frente ao dólar, favorece a demanda para as exportações brasileiras, reduzindo a oferta dentro do Brasil e também aos repasses de preços com cotação internacional em dólar ao mercado interno, como o caso dos combustíveis.



Gráfico 14 – IGP-M, IPA-M, IPC-M e INCC-M acumulado em 12 meses (em %).



Fonte: IBGE, IBRE-FGV

Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

IGP-DI- FGV Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

O IGP-Di do mês de maio apresentou alta de 3,40% no mês (superior aos 2,22% do mês de abril), 36,53% em 12 meses e 14,13% no ano. Em maio de 2020 esse índice mostrava 1,07% no mês e 6,81% em 12 meses.

O IPA, que equivale a 60% do índice, aumentou em 4,20% ante 2,90% do mês anterior. Separando em categorias temos:

-Bens finais: subiu 1,73% em maio ante 0,99 no mês de Abril, devido ao aumento do preço dos alimentos processados que foi de 2,32% para 3,30%.

-Bens intermediários: subiu 2,28% no mês de Maio ante 3,57% do mês de Abril, o principal responsável por essa diminuição foi o subgrupo materiais e componentes para a manufatura, que variou de 4,14% para 2,52%.

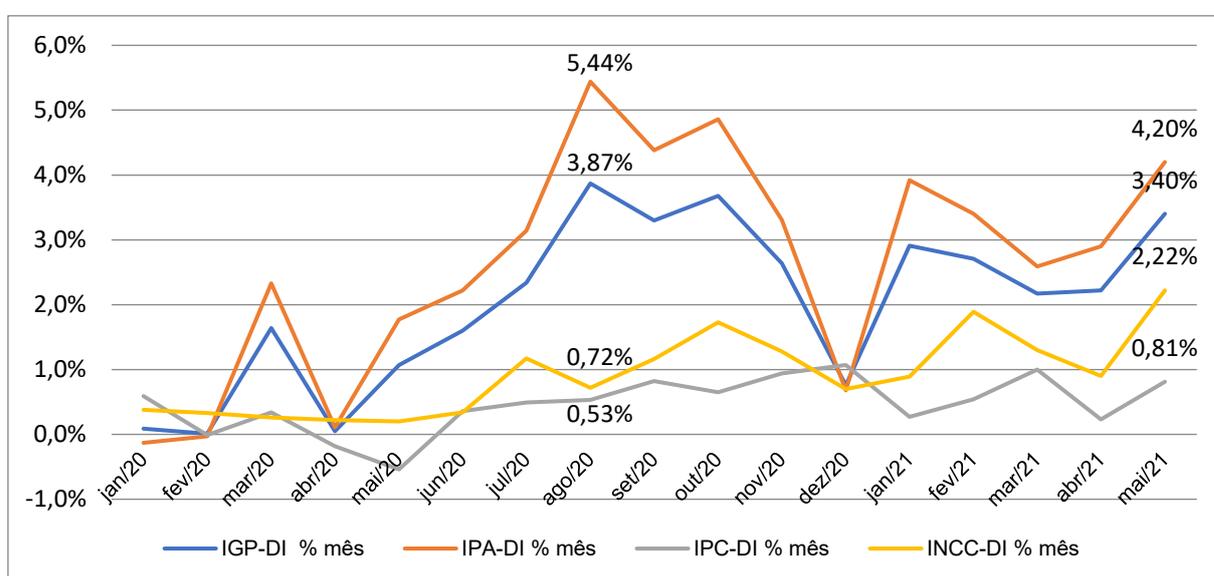
-Matérias primas brutas: variou de 3,78% no mês anterior para 7,65% em Maio, o que contribuiu para esta variação foram o aumento nos preços do minério de ferro (4,63% para 17,03%), cana-de-açúcar (2,75% para 19,30%) e café em grão (1,23% para 10,65%).

Já o IPC, que é o responsável por 30% do IGP-DI, sofreu uma variação de 0,81% em maio contra 0,23% em abril. De oito índices analisados pelo IPC, cinco registraram aumento no mês de maior: Transporte (-0,13% para 1,48%), Habitação (0,21% para 1,72%), Vestuário (0,19% para 0,65%), Educação, Leitura e Recreação

(-0,75% para -0,70%) e Despesas Diversas (0,27% para 0,28%). Essa variação se da principalmente pelo aumento dos combustíveis e lubrificantes (-1,14% para 3,62%) e da tarifa de eletricidade residencial (-0,45% para 6,53%)

O INCC, responsável por 10% do índice, variou 2,22% em maio, ante 0,90% em Abril. Seus 3 componentes sofreram variações em seus respectivos índices: Materiais e Equipamentos (1,99% para 2,81%), Serviços (0,88% para 1,13%) e Mão de Obra (0,00% para 1,92%).

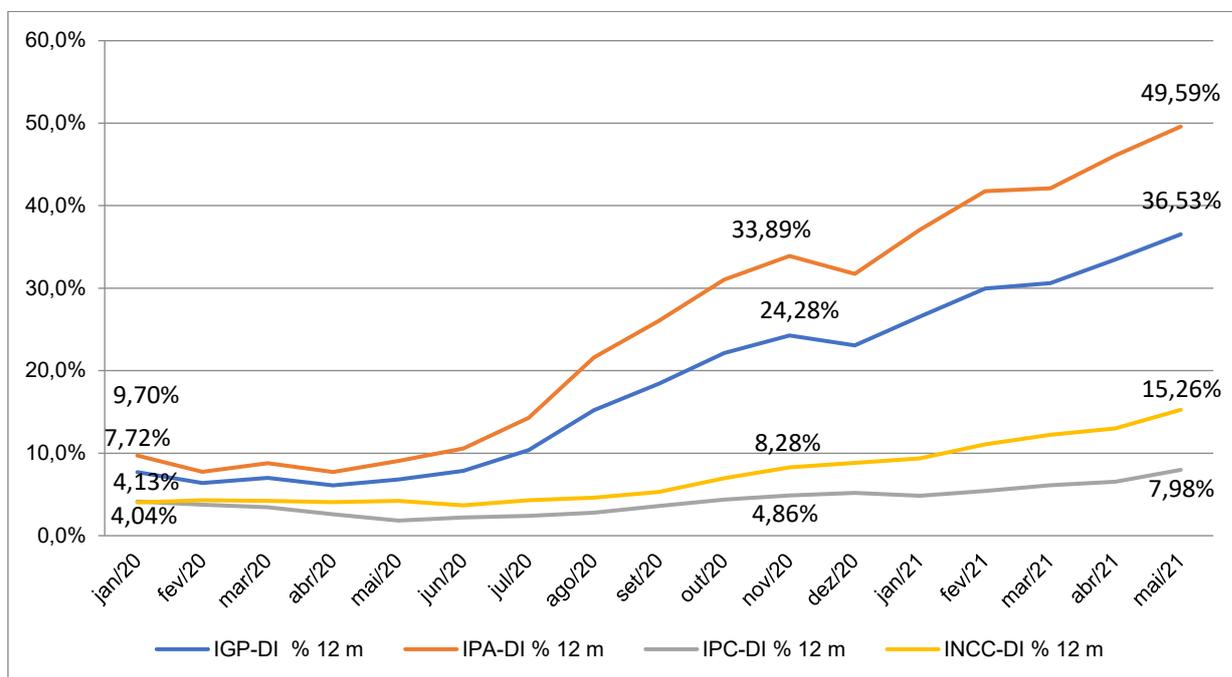
Gráfico 15 – Variação do IGP-DI mensal e seus componentes, de janeiro de 2020 a maio de 2021.



Fonte: FGV.
 Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

No acumulado nos últimos 12 meses encerrados em maio de 2021 o IGP-DI apresenta um patamar extremamente elevado, assim como o IGP-M. O IPA-DI alcançou 49,59%, sendo o acumulado mais elevado desde o plano real. O INCC-DI totalizou 15,26%, maior patamar desde novembro de 2003, e o IPC-DI 7,98%, dessa forma o IGP-DI se situa no patamar de 36,53%, conforme o gráfico 16 apresenta.

Gráfico 16 – Variação do IGP-DI em 12 meses e seus componentes, de janeiro de 2020 até maio de 2021.



Fonte: FGV.
 Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

O aumento do IGP-DI do mês de maio foi fortemente influenciado pelo aumento dos preços das commodities. Neste mês se registrou um aumento de 17,03% no minério de ferro, o onde este interfere no aumento dos preços não somente ao produtor amplo como também para a construção civil, já que grandes partes dos insumos da fabricação derivam do ferro. Além do minério de ferro, o preço da cana de açúcar teve um crescimento percentual de 19,30%, o que influenciou também, tanto no preço dos produtores amplos, como nos consumidores que viram o etanol aumentar em 9,06%. O que segurou os preços esse mês, para os consumidores e produtores foram as frutas, registrando queda de 15,93% no preço da banana e 15,98% de queda na banana-nanica, e as passagens aéreas que caíram em -8,05%.

Tabela 2 – Influencias positivas e negativas em cada indexador do IGP-DI.

Discriminação	Variação percentual	
	Abril	Maio
IPA		
Maiores Influencias positivas		
Minério de ferro	4,63	17,03
Cana de açúcar	2,75	19,30
Café	1,23	10,65
Maiores Influencias negativas		
Banana	-14,13	-15,93
Ovos	0,17	-4,03
Arroz (em casca)	-0,26	-3,69
IPC		
Maiores Influencias positivas		
Tarifa de eletricidade residencial	-0,45	6,53
Gasolina	-0,62	2,95
Etanol	-6,77	9,06
Maiores Influencias negativas		
Passagem aérea	-6,51	-8,05
Banana-nanica (d'água)	-9,53	-15,98
Mamão papaya	-5,80	-10,79
INCC		
Maiores Influencias positivas		
Tubos e conexões de ferro e aço	4,01	8,50
Tubos e conexões de PVC	1,27	4,81
Vergalhões e arames de aço ao carbono	3,67	2,90
Ajudante especializado	0	1,76
Servente	0	1,90

Fonte: FGV.

Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

3. Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho tem apresentado reflexos bastante preocupantes frente aos efeitos econômicos da pandemia, que apresentou forte retração da atividade econômica. A taxa de desocupação no trimestre móvel de encerrado em março de 2021 foi de 14,7%, forte aumento sobre o trimestre móvel imediatamente anterior, que foi de 13,9%, e coloca a taxa como a maior da série histórica, iniciada em 2012, para o trimestre móvel. Na comparação contra o trimestre móvel do ano anterior, 12,2 %, o aumento em relação aos períodos foi de 2,5 p.p.

Tabela 3 - Taxa e variação de desocupação, ocupação, subutilização e participação na força de trabalho por trimestre.

Taxas (%)	jan-fev-mar 2020	out-nov-dez 2020	jan-fev-mar 2021	Var % Trimestre Anterior	Var % Ano Anterior
Taxa de Desocupação	12,2	13,9	14,7	0,8	2,5
Nível da ocupação	53,5	48,9	48,4	-0,5	-5,1
Taxa de participação na força de trabalho	61,0	56,8	56,8	0,0	-4,2
Taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas	18,4	20,7	21,7	1,0	3,3
Fora da força de trabalho	67.281	76.258	76.483	0,3%	13,7%
Total	jan-fev-mar 2020	out-nov-dez 2020	jan-fev-mar 2021	Var % Trimestre Anterior	Var % Ano Anterior
Na força de trabalho	105.073	100.104	100.455	0,4%	-4,4%
Ocupados	92.223	86.179	85.650	-0,6%	-7,1%
Desocupados	12.850	13.925	14.805	6,3%	15,2%
Fora da força de trabalho	67.281	76.258	76.483	0,3%	13,7%

Fonte: IBGE – PNAD Contínua
 Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

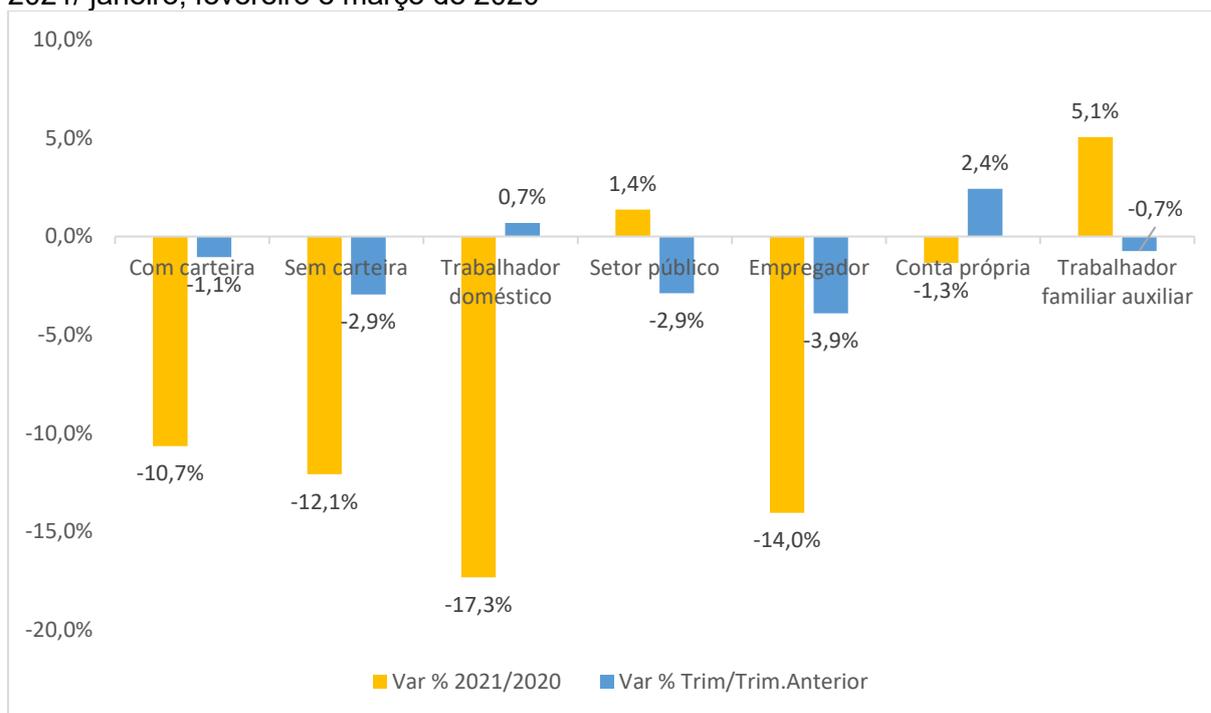
O número de pessoas desocupadas totaliza um contingente de 14,8 milhões de pessoas. Comparado ao trimestre imediatamente anterior, esse contingente representa um aumento de 6,3% - acréscimo de 900 mil pessoas - quando o país somava cerca de 14 milhões de desocupados, já em comparação ao mesmo período de 2019, o total de desocupados no país subiu 15,2% (2 milhões de pessoas).

O número de pessoas ocupadas soma 85,6 milhões de pessoas, apresentando uma redução de 500 mil pessoas (0,6%) em relação ao trimestre

anterior e – 6,6 milhões de pessoas em relação ao mesmo período de 2020, uma variação de –7,1%.

Em relação à posição na ocupação, na comparação com o trimestre imediatamente anterior o conta própria e o trabalhador doméstico apresentaram crescimento de 2,4% e 0,7%, respectivamente, as demais ocupações tiveram redução com destaque para o empregador (-3,9%), setor público e empregados sem carteira assinada (-2,9%) e com carteira assinada (-1,1%). Já na comparação com mesmo trimestre móvel de 2020, exceto o emprego no setor público, quase todas as ocupações apresentaram expressivas quedas, com destaque para o trabalhador doméstico (-21,4%) e empregado sem carteira assinada (-16%).

Gráfico 17- Variação percentual da ocupação por posição – janeiro, fevereiro e março de 2021/ janeiro, fevereiro e março de 2020

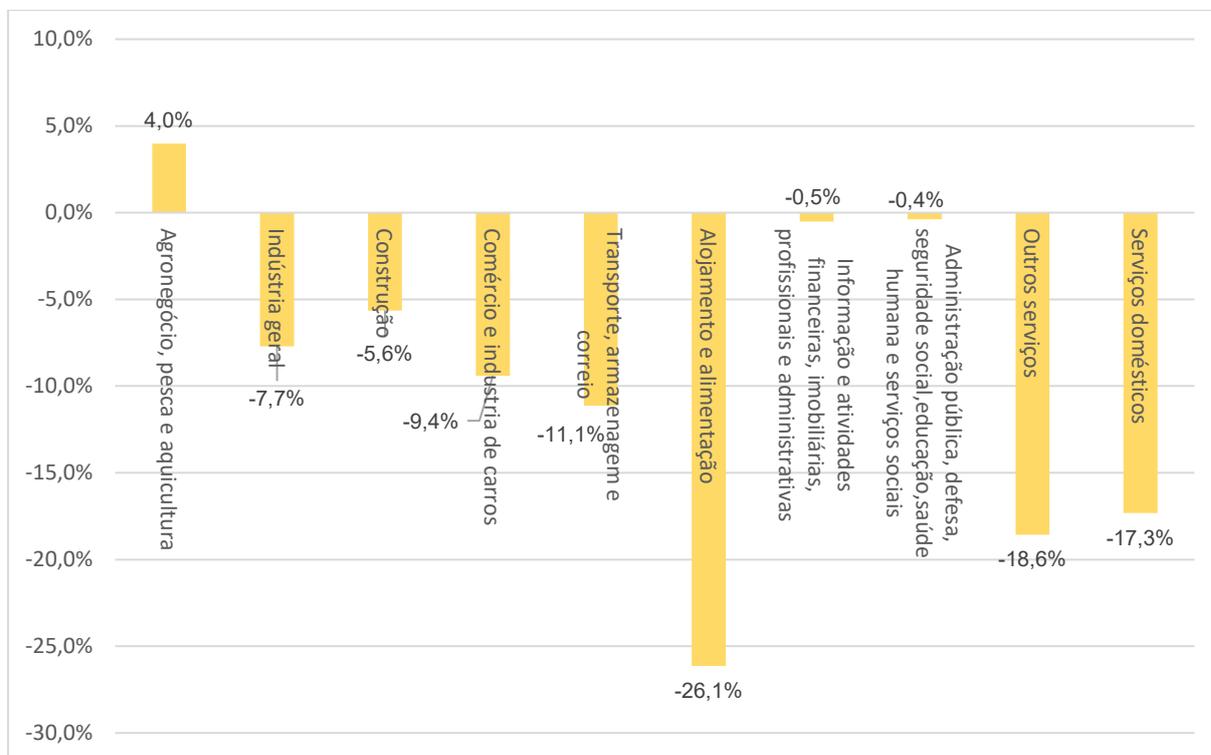


Fonte: IBGE – PNAD Contínua
Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

Em relação aos setores de atividade econômica, com exceção do o agronegócio, pesca e agricultura, que apresentou crescimento no entorno de 4%, todas as atividades apresentaram redução entre os trimestres respectivos de 2020 e 2021. A maior queda percentual foi observada na atividade de alojamento e alimentação (-26,1%) ou 1,4 milhão de postos de trabalho. Em número de vagas

fechadas, os destaques foram no setor de comércio, com redução de 1,6 milhão de ocupações, ou -9,4%. O gráfico 18 apresenta as variações por grupo de atividade.

Gráfico 18 – Ocupados e taxa de variação por grupamento de atividade – janeiro, fevereiro e março de 2021/ janeiro, fevereiro e março de 2020

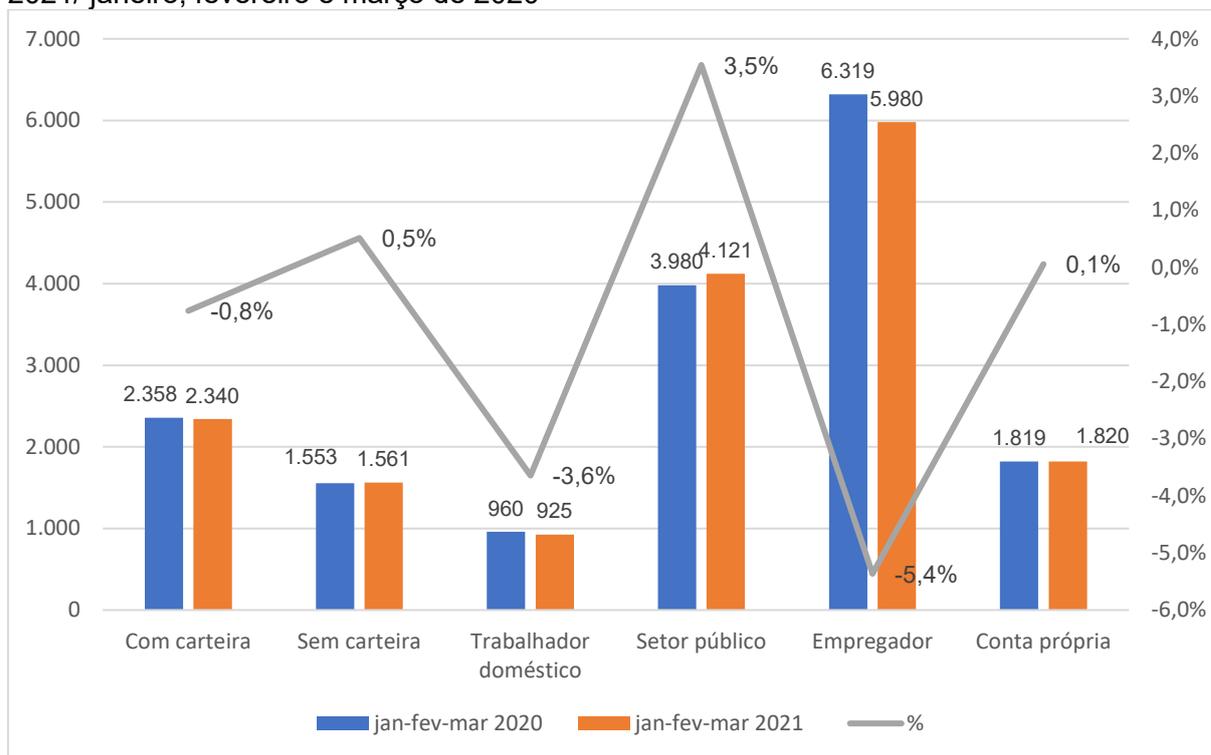


Fonte: IBGE – PNAD Contínua
Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

Rendimentos

O cenário de dificuldade econômica atual que tem como principais características e recuperação lenta da atividade econômica, geração insuficiente de ocupações e a alta da inflação alterou significativamente a situação em relação aos rendimentos do trabalho. Até pouco tempo atrás os rendimentos estavam se mantendo em certa estabilidade, até com casos de crescimento em algumas ocupações, porém, agora o que se observa é queda da renda média em praticamente todas as ocupações, com destaque para os empregadores (- 5,4%) e o trabalhador doméstico (-3,6%) na comparação com o mesmo trimestre de 2020.

Gráfico 19 - Rendimento real médio por posição na ocupação – janeiro, fevereiro e março de 2021/ janeiro, fevereiro e março de 2020



Fonte: IBGE – PNAD Contínua
Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

4. Contas Públicas

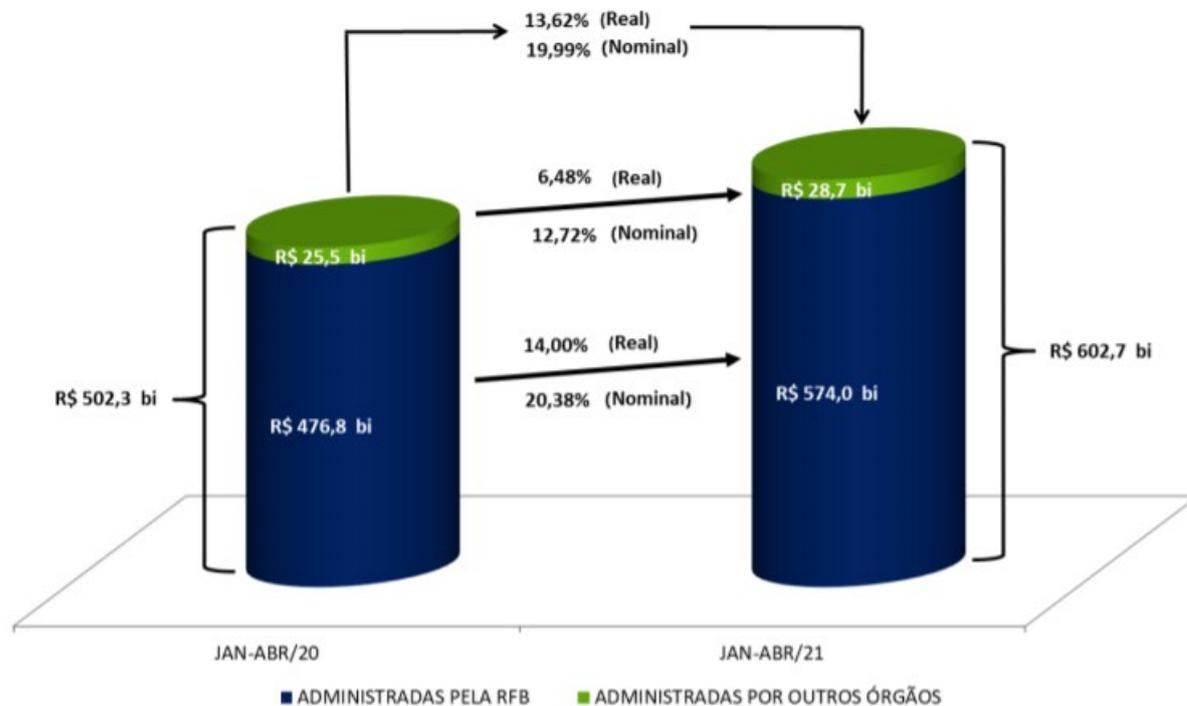
RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO

A arrecadação total das Receitas Federais, em abril de 2021, atingiu o valor de R\$ 156,8 bilhões, registrando um aumento real (IPCA) de 45,22% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado de janeiro a abril de 2021, a arrecadação alcançou R\$ 602,7 bilhões, representando um aumento real de 13,62%. Trata-se do melhor desempenho de arrecadação desde 2000, tanto para o mês de abril quanto para o quadrimestre. O mesmo acontecendo para os meses de fevereiro e março de 2021.

Quanto às Receitas Administradas pela RFB, o valor arrecadado em abril de 2021 foi de R\$ 142,9 bilhões, com acréscimo real (IPCA) de 43,41%. No acumulado de janeiro a abril de 2021, a arrecadação alcançou R\$ 574 bilhões, registrando um acréscimo real (IPCA) de 14%.

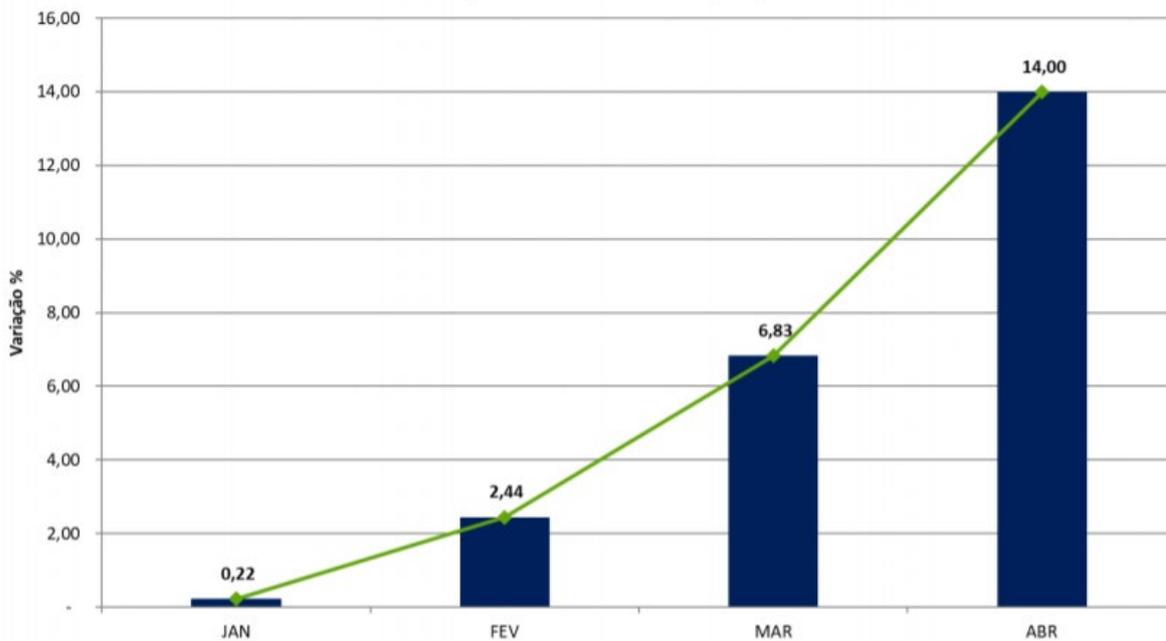
A arrecadação das receitas federais em abril de 2021 atingiu o valor de R\$ 156,8 bilhões, registrando um crescimento nominal de 53,10% em relação ao mesmo mês do ano anterior e acréscimo real de +43,41% (IPCA). As Arrecadações acumuladas das Receitas Federais de janeiro a abril de 2020/21, assim como as arrecadações das Receitas Administradas pela RFB de janeiro a abril de 2020/21 são descritas nos gráficos 20 e 21, respectivamente.

Gráfico 20 - Arrecadação acumulada das Receitas Federais jan-abr/2020 e jan-abr/2021



Fonte: Receita Federal – Análise da Arrecadação das Receitas Federais – abril de 2021
Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

Gráfico 21 - Arrecadação das Receitas Administradas pela RFB Jan-Abr/2021



Fonte: Receita Federal – março de 2021.
Elaboração: GT Contas Públicas da USJT.

O resultado pode ser explicado, principalmente, pelos fatores não recorrentes, como recolhimentos extraordinários de, aproximadamente, R\$ 12 bilhões do IRPJ/CSLL de janeiro a abril de 2021 e pelos recolhimentos extraordinários de R\$ 2,8 bilhões no mesmo período do ano anterior. Além disso, as compensações aumentaram 63% em abril de 2021 em relação à abril de 2020 e cresceram 40% no período acumulado.

Desempenho dos principais fatores que contribuíram para o resultado:

- a) Contribuições do COFINS PIS/Pasep (103,9%) e IRPF (24,75%). Esse desempenho é explicado pela prorrogação do prazo para o recolhimento destas contribuições, de abril para agosto de 2020.
- b) Crescimento da arrecadação do IRPJ/CSLL (42,60%), com destaques para R\$ 1,5 bilhão de recolhimentos atípicos, estimativa mensal (43,23%) e o balanço trimestral (113,89%).
- c) Receita Previdenciária (42%). Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que em abril de 2020 houve diferimento do prazo para pagamento do Simples Nacional e da Contribuição Previdenciária Patronal.
- d) Comércio Exterior: 40,23% em Importação / IPI vinculado, explicado pela elevação de 5,70% no valor em dólar (volume) das importações, aumento de 17,70% na taxa média de câmbio e de 6,50% na alíquota média efetiva.
- e) Redução das compensações em 2,5% em março de 2021, em relação a março de 2020; e aumento de 33% no período acumulado.

A Tabela 4 descreve a evolução da arrecadação administrada pela RFB – (em R\$ milhões), estabelecendo uma comparação entre jan-abril/2021 em relação ao mesmo período do ano anterior.

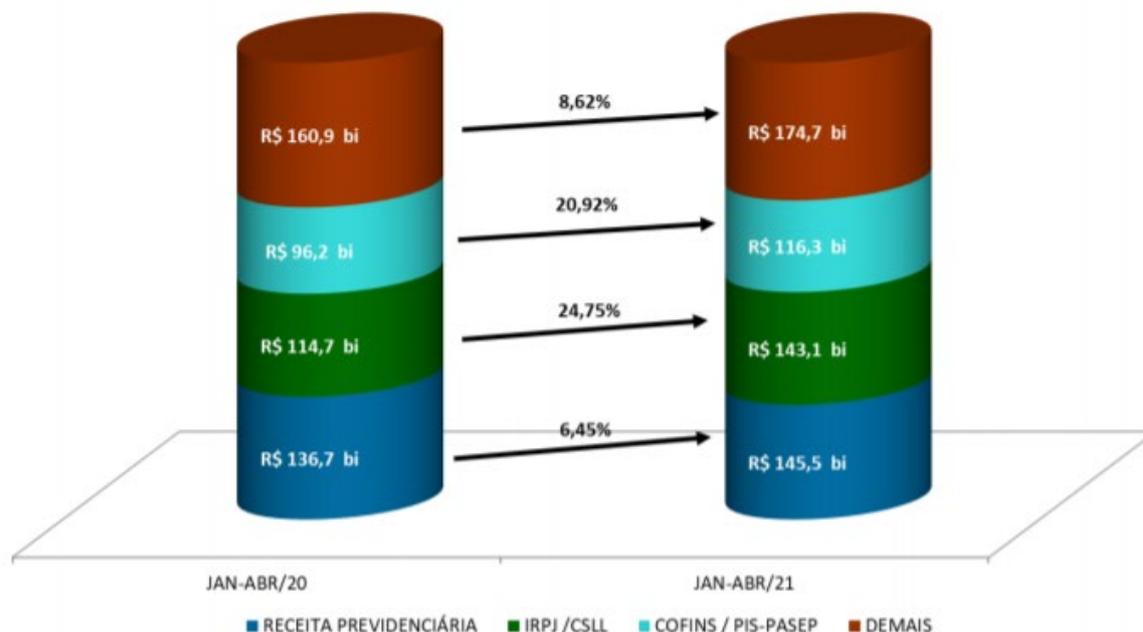
Tabela 4 - Evolução da arrecadação administrada pela RFB – (em R\$ milhões)

RECEITAS	JAN-ABR/21 [A]	JAN-ABR/20 [B]	DIFERENÇAS	
			[A]-[B]	[A]/[B]%
IRPJ/CSLL	143.112	114.721	28.391	24,75
COFIS/PIS-PASEP	116.295	96.174	20.121	20,92
I.Importação / IPI - Vinculado	31.408	22.397	9.010	40,23
Receita Previdenciária	145.469	136.656	8.813	6,45
IRPF	11.922	8.409	3.514	41,78
IPI (Exceto Vinculado)	13.861	11.240	2.621	23,32
IRRF – Outros rendimentos	5.220	4.450	770	17,31
IRRF-Rendimentos do Trabalho	51.174	50.745	429	0,85
CIDE-Combustíveis	410	749	(338)	(45,20)
IRRF- Rend. de Residentes no Ext	13.137	13.482	(345)	(2,56)
IOF	12.547	13.448	(901)	(6,70)
IRPF- Rendimentos de Capital	13.732	16.086	(2.354)	(14,64)
Demais Receitas Administradas	21.309	19.855	1.453	7,32
TOTAL	579.598	508.413	71.185	14,00

Fonte: Receita Federal – abril de 2021.
 Elaboração: GT Contas Públicas da USJT.

A arrecadação das receitas administradas pela RFB se deve, principalmente, ao crescimento da arrecadação do IRPJ/CSLL, em razão dos melhores resultados das empresas em 2021; da Cofins/Pis-Pasep e da Contribuição Previdenciária, principalmente, em razão de diferimento de tributos em 2020 e dos tributos sobre o comércio exterior, em razão do crescimento do volume de importações em abril de 2021. O gráfico 22 descreve a arrecadação administradas pela RFB, em milhões, comparando os resultados de jan-abr/2021 com o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 22 - Arrecadação administradas pela RFB, em milhões.



Fonte: Receita Federal – abril de 2021.
Elaboração: GT Contas Públicas da USJT.

DESPESAS

Na área de despesas públicas o mês de abril, segundo os dados do portal da transparência indicam que os maiores gastos estão relacionados ao serviço e refinanciamento da dívida (interna e externa) com um total de R\$ 998,39 bilhões (58,17%), seguida Previdência social que corresponde R\$ 329,82 bilhões (19,22%), bem distante estão os gastos de assistência social, com R\$ R\$ 57,8 bilhões, ou 3,37% do total. Saúde e Educação aparecem com apenas R\$ R\$ 59,78 bilhões (3,48%) e R\$ 35,39 bilhões (2,06%), respectivamente.

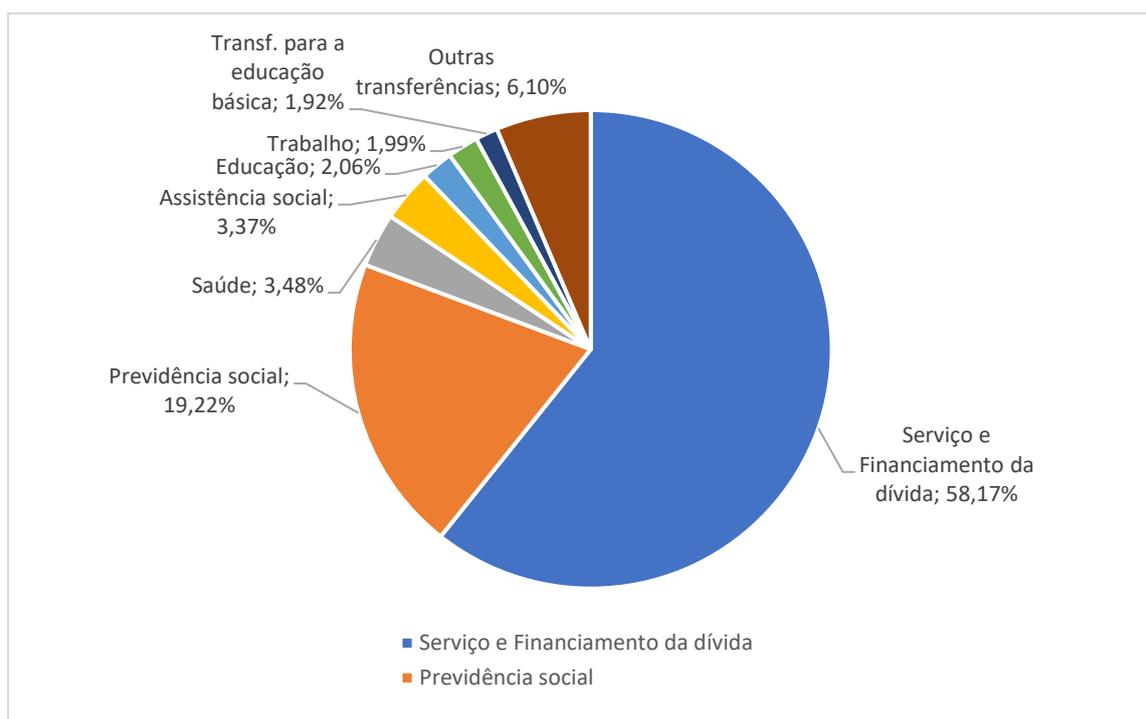
A Tabela 5 descreve as despesas realizadas até abril de 2021 por item de despesa; e o gráfico 23, o percentual gasto por item de despesa janeiro a abril de 2021 (em %).

Tabela 5 - Despesas realizadas até abril de 2021, por item de despesa (em R\$)

DESPESAS	(EM R\$)	(EM %)
Serviço e Financiamento da dívida	R\$ 998.398.776.160,44	58,17%
Previdência social	R\$ 329.827.130.715,26	19,22%
Saúde	R\$ 59.782.815.987,47	3,48%
Assistência social	R\$ 57.838.708.914,38	3,37%
Educação	R\$ 35.391.840.924,50	2,06%
Trabalho	R\$ 34.076.678.946,99	1,99%
Transferências para a educação básica	R\$ 24.787.946.414,54	1,44%
Outras transferências	R\$ 104.738.938.797,50	6,10%

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>, 2021.
 Elaboração: GT Contas Públicas da USJT.

Gráfico 23 - Percentual gasto por item de despesa janeiro a abril de 2021

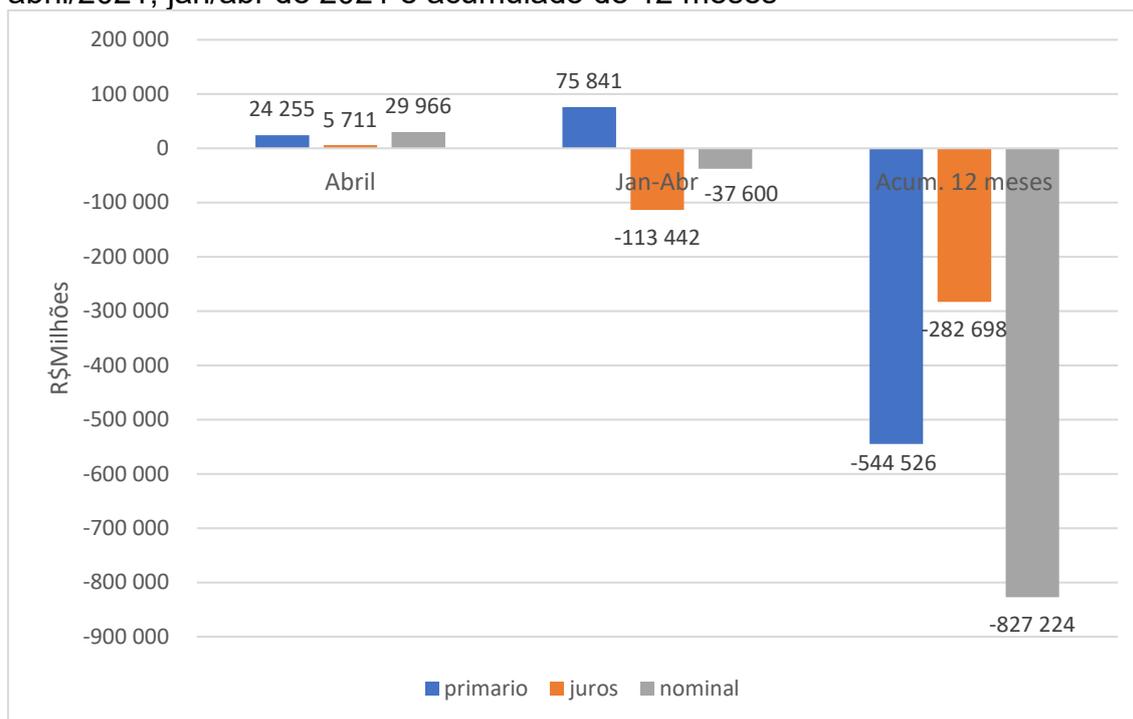


Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>, 2021.
 Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

Segundo dados divulgados pelo Banco Central, o setor público consolidado apresentou superavit primário de R\$24,3 bilhões no mês de abril de 2021, já no quadrimestre, foi registrado um superavit de R\$75,8 bilhões. No que se refere aos juros nominais, nota-se uma receita líquida de R\$5,7 bilhões no mês de abril, ante

déficit de R\$21,5 bilhões em abril de 2020, parte desse resultado pode ser explicado pelo *swap* cambial no período, em que se registrou um ganho de 30,4 bilhões em abril de 2021 em relação a perda de R\$8,3 bilhões em abril de 2020. No gráfico 24, é possível visualizar os números referentes as despesas primárias, juros nominais e resultados nominais (soma dos gastos primários e dos juros nominais).

Gráfico 24 - Juros Nominiais e Resultados – Setor Público Consolidado, período: abril/2021, jan/abr de 2021 e acumulado de 12 meses



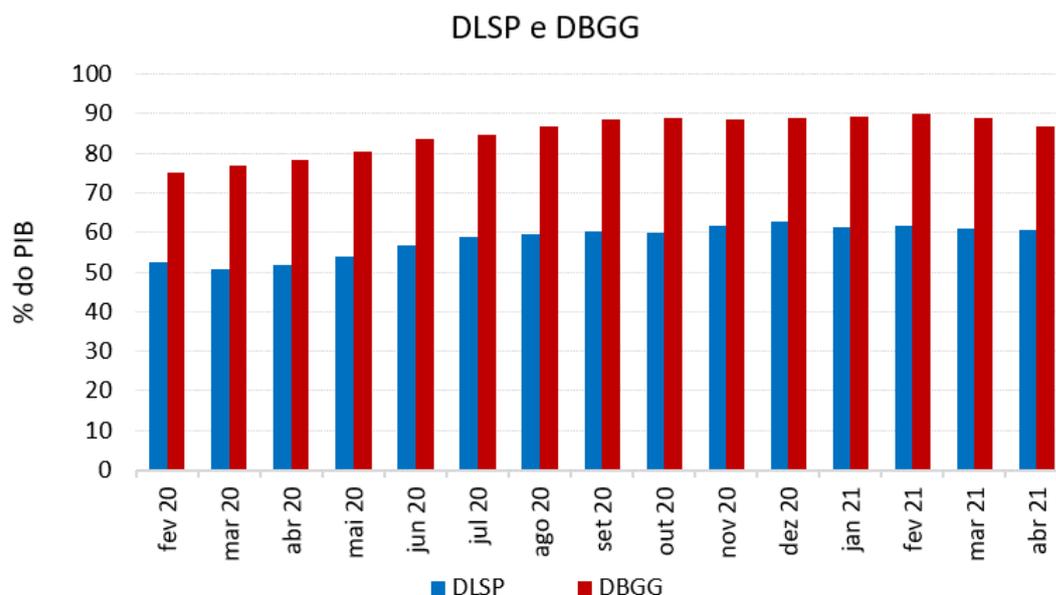
Fonte: Banco Central do Brasil– Nota à imprensa de Estatísticas Fiscais,2021.
 Elaboração: GT Contas Públicas USJT,2021.

DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) alcançou R\$4.665,5 bilhões (60,5% do PIB) em abril, resultado que reflete, de acordo com o Banco Central, os impactos do superavit nominal (redução de 0,4 p.p.), do ajuste de paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida (redução de 0,1 p.p.), do crescimento do PIB nominal (redução de 1,0 p.p.) e da valorização cambial de 5,2% do mês (aumento de 1,0 p.p.), já a Dívida Bruta do Governo Geral registrou o resultado de R\$ 6.665,3 bilhões (86,7% do PIB) em abril, resultado impactado, principalmente, pelos resgates líquidos de dívida (redução de 0,8 p.p.), da valorização cambial do mês (redução de 0,3 p.p.), do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 1,5 p.p.) e da incorporação de juros nominais (aumento de 0,4 p.p.). O Gráfico 25 ilustra a evolução

da Dívida Líquida do Setor Público e Dívida Bruta do Governo Geral entre fevereiro de 2020 a abril de 2021.

Gráfico 25 – Dívida Líquida do Setor Público e Dívida Bruta do Governo Geral entre fevereiro de 2020 a abril de 2021



Fonte: Banco Central do Brasil– Nota à imprensa de Estatísticas Fiscais,2021.
Elaboração: GT Contas Públicas USJT,2021.

ELASTICIDADES DA DLSP E DBGG

A Elasticidades da DLSP e DBGG mostra as variações na taxa de câmbio, na taxa de juros e nos índices de preços para o mês de abril de 2021 cujos dados são descritos na Tabela 6.

Tabela 6 - Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em abril de 2021.

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-11,3	-0,15	7,9	0,11
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	-32,5	-0,42	-31,3	-0,41
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	12,4	0,16	12,4	0,16

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, aumento de taxa Selic e redução de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.

Como pode ser verificado na Tabela 8, considerando o comportamento da DLSP e DBGG em relação à taxa de câmbio, a análise da elasticidade estima que



para cada aumento de 1 p.p. da desvalorização da taxa de câmbio haverá uma redução de cerca de 11,3 bilhões da DLSP e um aumento de cerca de 7,9 bilhões da DBGG.

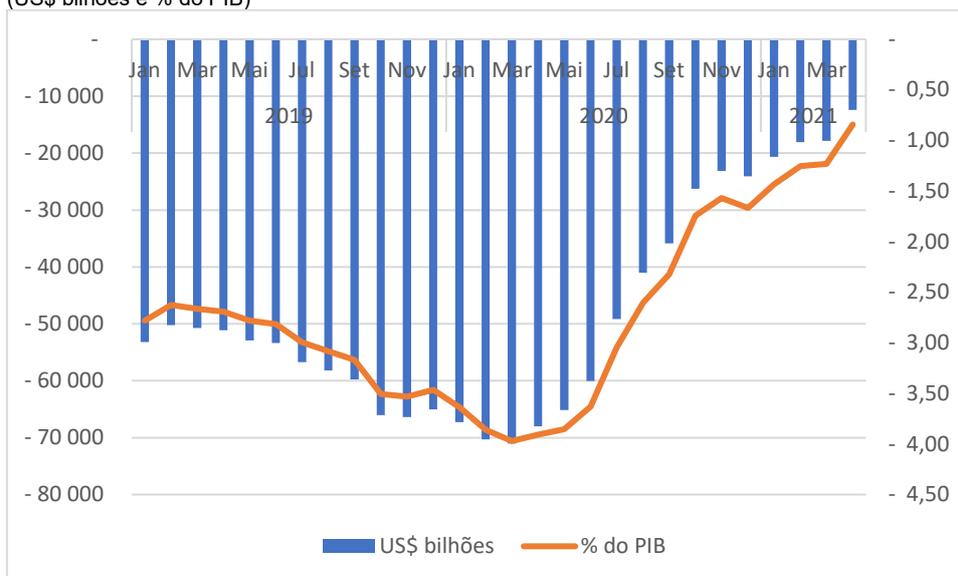
Considerando as variações percentuais da taxa Selic, uma redução de 1 p.p. representaria uma queda de cerca de 32,5 bilhões da DLSP e de aproximadamente 31,3 bilhões da DBGG. Esta queda se deve, sobretudo, pela redução com os gastos referentes aos pagamentos de juros, uma vez que os títulos públicos são atrelados à taxa Selic.

Em relação ao comportamento da DLSP e DBGG em relação aos índices de preços, a análise da elasticidade mensura que para cada aumento de 1 p.p. nos índices de preços, há um aumento de cerca de 12,4 bilhões na DLSP e também na DBGG.

5. Contas Externas

No mês de abril, as transações correntes apresentaram superávit de US\$5,7 bilhões, ante superávit de US\$199 milhões no mês correspondente de 2020. Na comparação interanual, o saldo da balança comercial apresentou superávit com um aumento de US\$4,3 bilhões, as despesas líquidas de renda primária e de serviços apresentaram, respectivamente, retrações de US\$1,4 bilhão e US\$1,3 bilhão. No acumulado dos 12 meses encerrados em abril de 2021, o déficit em transações correntes atingiu a soma de US\$12,4 bilhões (0,84% do PIB), ante US\$17,9 bilhões (1,23% do PIB) em março de 2021 e US\$68,0 bilhões (3,91% do PIB) em abril de 2020.

Gráfico 26 – Transações correntes - Acumulado nos últimos 12 meses
(US\$ bilhões e % do PIB)

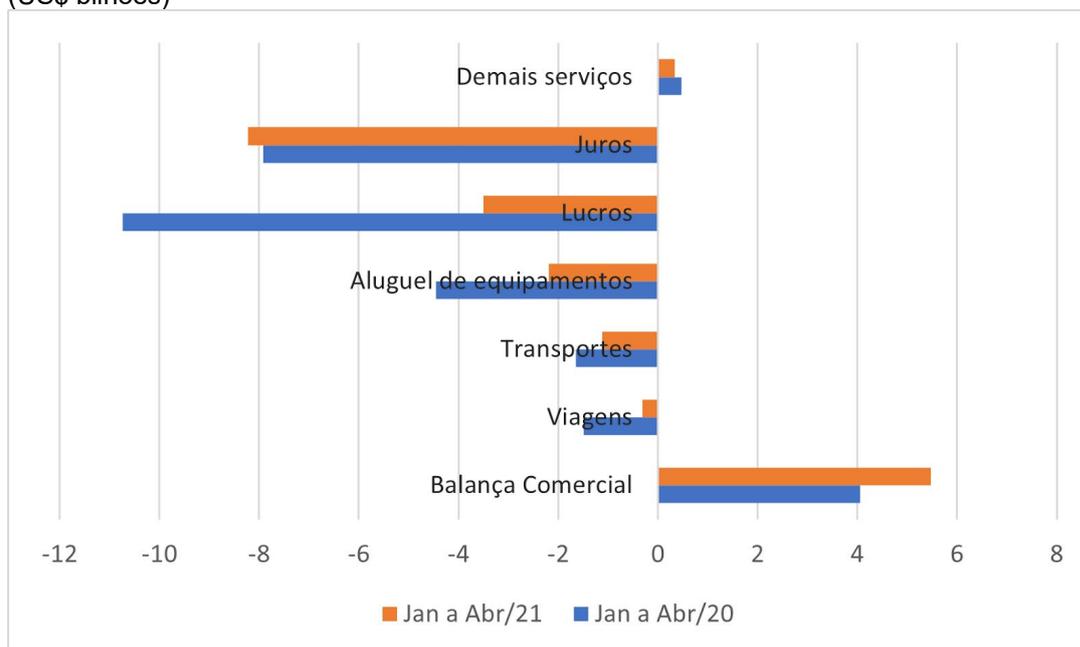


Fonte: Banco Central

Elaboração: GT Contas Externas da USJT

A conta de serviços continua em déficit entre janeiro e abril de 2021, porém em melhor cenário do que no mesmo período de 2020, representando saldo negativo de US\$4,7 bilhões e US\$7,5 bilhões respectivamente. Em abril deste ano, a conta de viagens apresentou aumento de gastos, subindo 34,4% em relação a abril do ano passado, porém no recorte de janeiro a abril de 2021 houve um percentual de diminuição de gastos de 79,5% em relação ao mesmo período de 2020. Destaca-se também a redução de 32,7% nas despesas líquidas de transportes de US\$1,6 bilhões para US\$1,1 bilhão.

Gráfico 27 - Serviços em Transações correntes - Jan-Abr/20 e Jan-Abr/21
(US\$ bilhões)

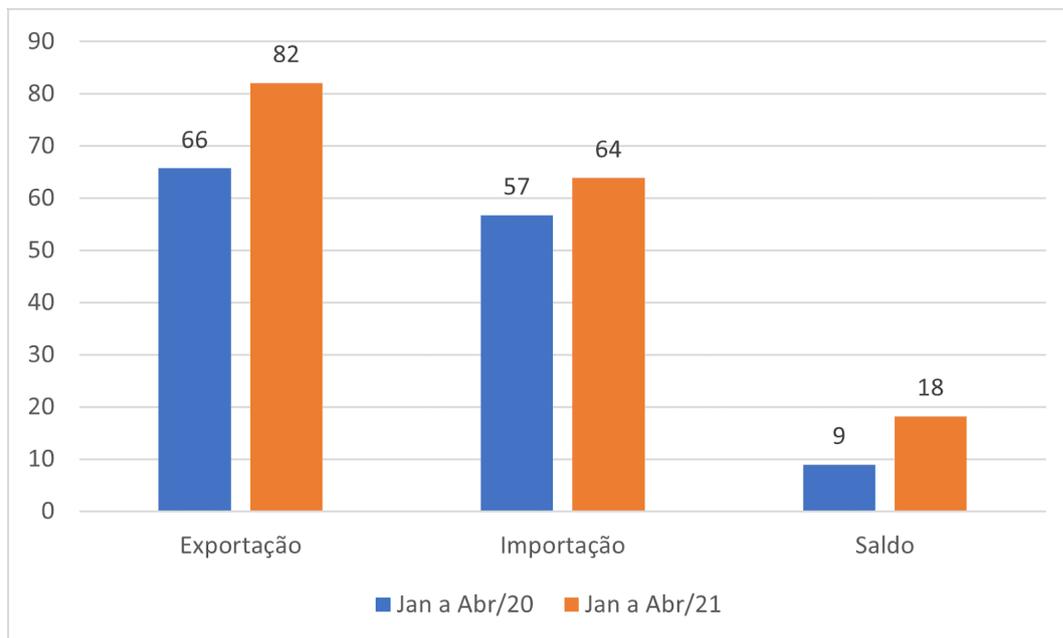


Fonte: Banco Central
Elaboração: GT Contas Externas da USJT

Exportações e importações

As exportações brasileiras somaram US\$82,1 bilhões entre janeiro e abril de 2020, um aumento de 20,1% em relação ao mesmo quadrimestre de 2020. Na mesma base de comparação, as importações aumentaram 11,1%, para US\$63,8 bilhões. Contabilizando o valor acumulado do período de janeiro a abril de 2021, observamos um aumento tanto nas importações quanto nas exportações em comparação ao mesmo período em 2020, sendo que as mesmas totalizaram US\$145,9 bilhões e US\$122,4 bilhões respectivamente. De modo geral, o saldo de exportações e importações de janeiro a abril de 2021 apresentou um superávit interessante em relação ao mesmo período de 2020, que era de US\$8,9 bilhões e hoje passa a ser de US\$18,2 bilhões.

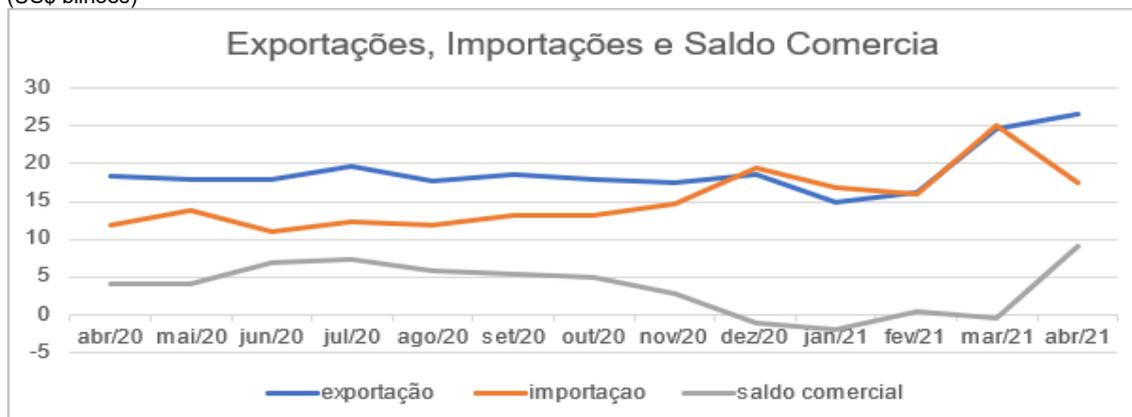
Gráfico 28 – Exportações, importações e saldo comercial
Janeiro a abril de 2020 e 2021 (em US\$ bilhões).



Fonte: Ministério da Economia
Elaboração: GT Contas Externas da USJT

A balança comercial no mês de abril de 2021 demonstrou superávit, resultando em US\$ 1,9 bilhão, mostrando que a economia para o setor externo está voltando a crescer, principalmente se comparado ao ano passado, no início da pandemia, que era equivalente a US\$ 17,7 bilhões enquanto este ano apresentam-se US\$ 26,6 bilhões, entretanto, as importações apresentam US\$ 17,4 bilhões em abril enquanto no mês de março apresentavam US\$ 25 bilhões, na conta de serviços houve déficit de US\$ 1,3 bilhão em abril de 2021, aumento de 19% em relação ao déficit do ano anterior.

Gráfico 29- Exportações, importações e saldo comercial. Abril/2020 - Abril/2021.
(US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central.

Elaboração: GT Contas Externas da USJT.

Parceiros Comercias

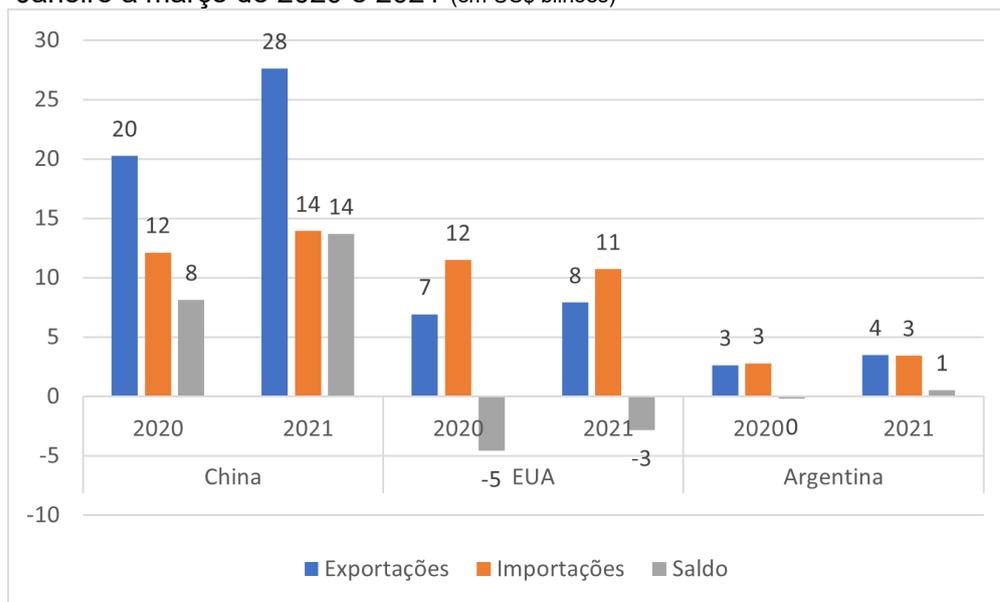
A maior parte do fluxo comercial internacional brasileiro se deu com a China, onde o valor exportado entre janeiro e abril de 2021 foi de aproximadamente US\$27,62 bilhões, representando um aumento considerável em relação ao mesmo período do ano passado, que apresentava um valor exportado de US\$20,26 bilhões. O valor de importações com o principal parceiro comercial também teve um crescimento, sendo que no primeiro quadrimestre deste ano houve um gasto de US\$13,92 bilhões, um aumento de aproximadamente 12,81% em comparação com o mesmo quadrimestre de 2020. Isso nos traz a um saldo superavitário de US\$13,70 bilhões nas relações comerciais com a China, desde janeiro até abril de 2021, um crescimento considerável comparado com o valor do mesmo período de 2020, de US\$5,57 bilhões.

Em segundo lugar seguem as relações comerciais com os Estados Unidos, com o qual o Brasil exportou US\$7,91 bilhões entre janeiro e abril de 2021, um aumento de aproximadamente US\$1 bilhão em comparação ao mesmo período do ano anterior. As importações com este parceiro também se mantiveram estáveis, com um valor correspondente a US\$10,72, retraído em 6,86% em relação ao mesmo período de 2020. Os valores acumulados exportados e importados no quadrimestre em questão de 2021 e 2020 também se mantiveram estáveis. Já a balança comercial com os Estados Unidos no momento apresenta um déficit de US\$2,8 bilhões, no entanto menor do que o mesmo período do ano passado, onde o déficit era dobrado.

No terceiro lugar está a Argentina, com o valor de exportações de US\$3,5 bilhões entre janeiro e abril de 2021, um aumento de quase 26% dos US\$2,6 bilhões

de janeiro a abril de 2020, e importações no valor de US\$3,4 bilhões, um leve aumento comparado ao valor do mesmo período do ano anterior. Em relação a Argentina, o Brasil fechou o período analisado de 2021 em superávit de US\$53,4 milhões em comparação com o mesmo período de 2020, que havia fechado em déficit de US\$167,7 milhões.

Gráfico 30 – Exportações, importações e saldo comercial
Janeiro à março de 2020 e 2021 (em US\$ bilhões)



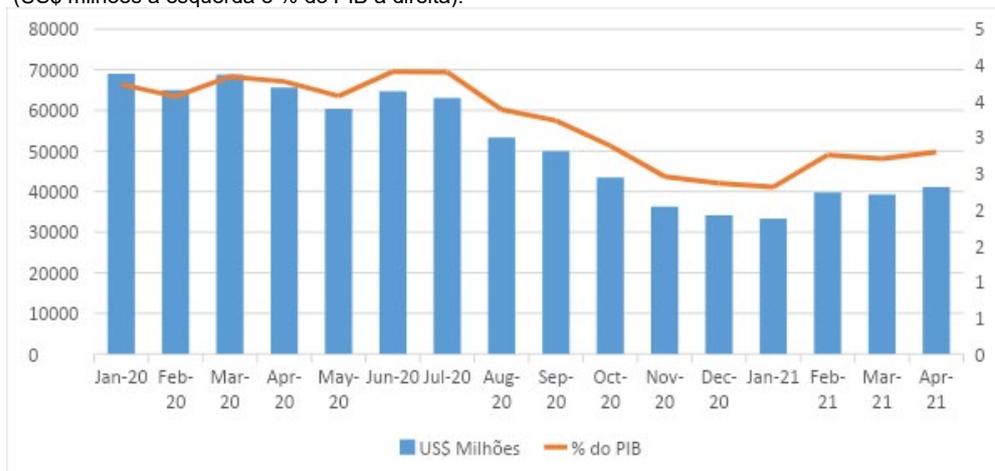
Fonte: Ministério da Economia
Elaboração: GT Contas Externas da USJT

Investimento Direto

Em abril, os ingressos líquidos em investimentos diretos no país (IDP) somaram US\$ 3,5 bilhões, ante US\$ 1,6 bilhão observados no mesmo mês de 2020. Nos doze meses encerrados em abril deste ano, o IDP totalizou US\$ 41,2 bilhões (2,80% do PIB), ante US\$ 39,3 bilhões (2,71% do PIB) no mês anterior e US\$ 65,7 bilhões (3,77% do PIB) em abril de 2020.



Gráfico 31 - Investimento direto no país. Acumulado em 12 meses Jan/20 - Abr/21
(US\$ milhões à esquerda e % do PIB à direita).



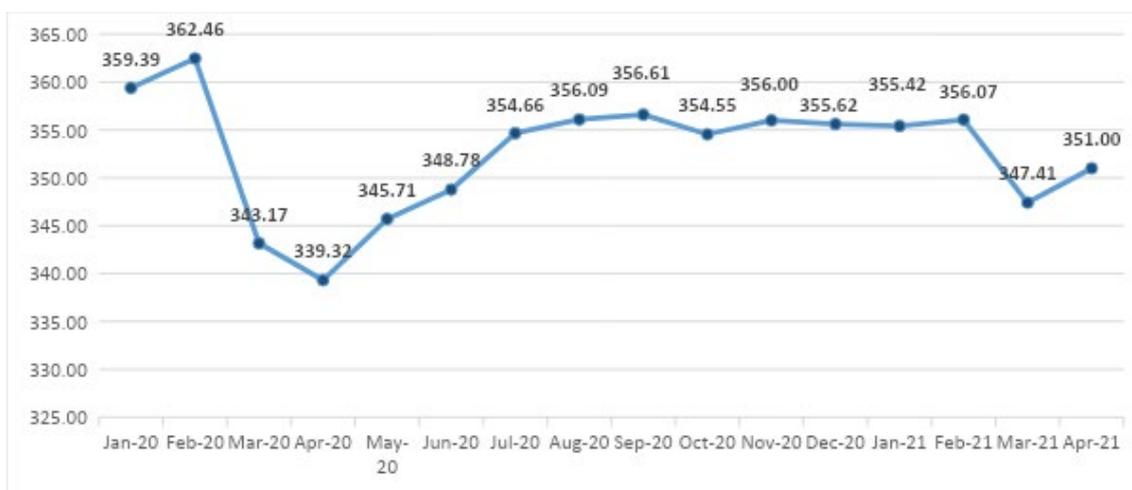
Fonte: Banco Central.

Elaboração: GT Contas Externas da USJT.

Reservas Internacionais.

O saldo das reservas internacionais atingiu US\$ 351,0 bilhões em abril de 2021, um aumento de US\$ 3,6 bilhões com relação ao mês de março deste ano. O resultado decorreu de retornos líquidos de US\$1,6 bilhão em linhas com recompra, bem como da contribuição positiva de US\$1,0 bilhão e de US\$501 milhões por variações de paridades e preços, respectivamente. A receita de juros atingiu US\$376 milhões.

Gráfico 32 - Reservas internacionais – posição do estoque no fim do mês. Abril/20-abril/21
(US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central.

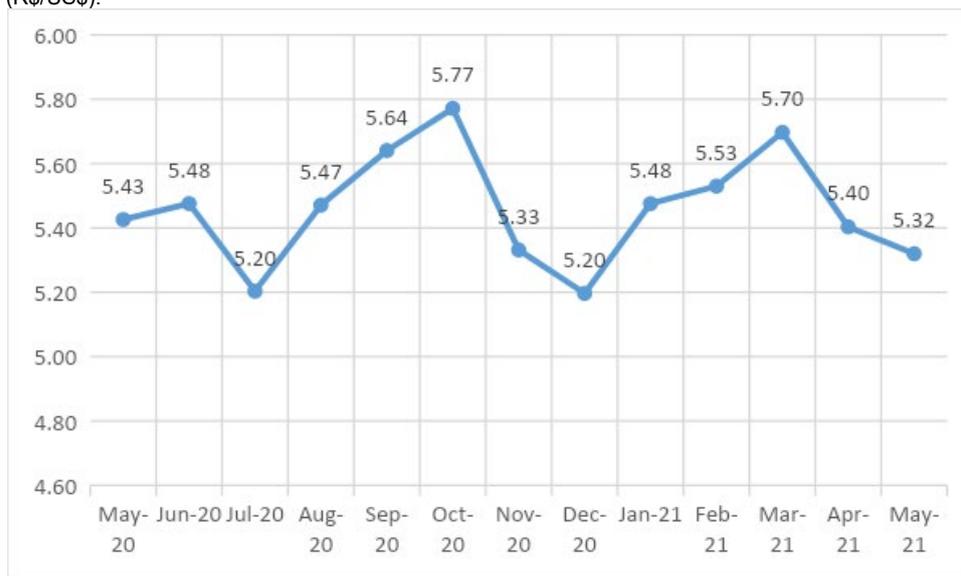
Elaboração GT Contas Externas da USJT.



Taxa de Câmbio

Ao fim do mês de maio o câmbio nominal atingiu a marca de R\$ 5,32, sendo o segundo mês de queda neste ano. Este é o terceiro menor valor registrado no período de 12 meses iniciado em maio de 2020. Nesse período o maior valor observado foi de R\$ 5,77 no mês de outubro.

Gráfico 33 - Câmbio nominal. Mai/2020-Mai/2021
(R\$/US\$).



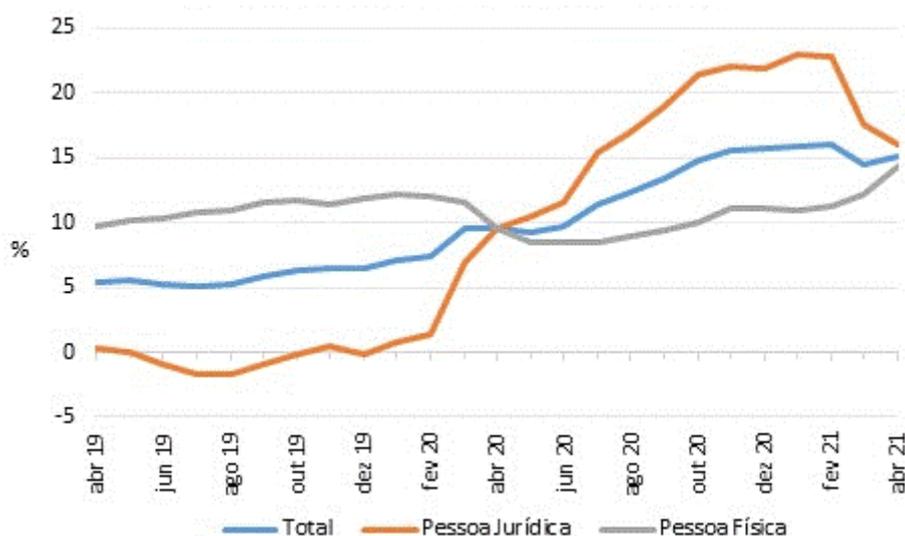
Fonte: Banco Central.

Elaboração: GT Contas Externas da USJT.

6. Crédito, Juros e Bolsa

O saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), no mês de abril, atingiu um total de R\$ 4,1 trilhões. Apresentando aumento de 0,5% na carteira de pessoas jurídicas com saldo de R\$1,8 trilhão e, além disso, expansão de 1,0% na de pessoas físicas com saldo de R\$ 2,3 trilhões. No comparativo de doze meses houve um aumento da carteira total de 14,5% em março para 15,1% em abril, fruto das expansões no crédito às famílias de 12,2% para 14,3% e à queda do crédito as empresas de 17,6% para 16,1%. O Gráfico 34 ilustra os Saldos totais de crédito – Variação de 12 meses.

Gráfico 34- Saldos totais de crédito – Variação de 12 meses.



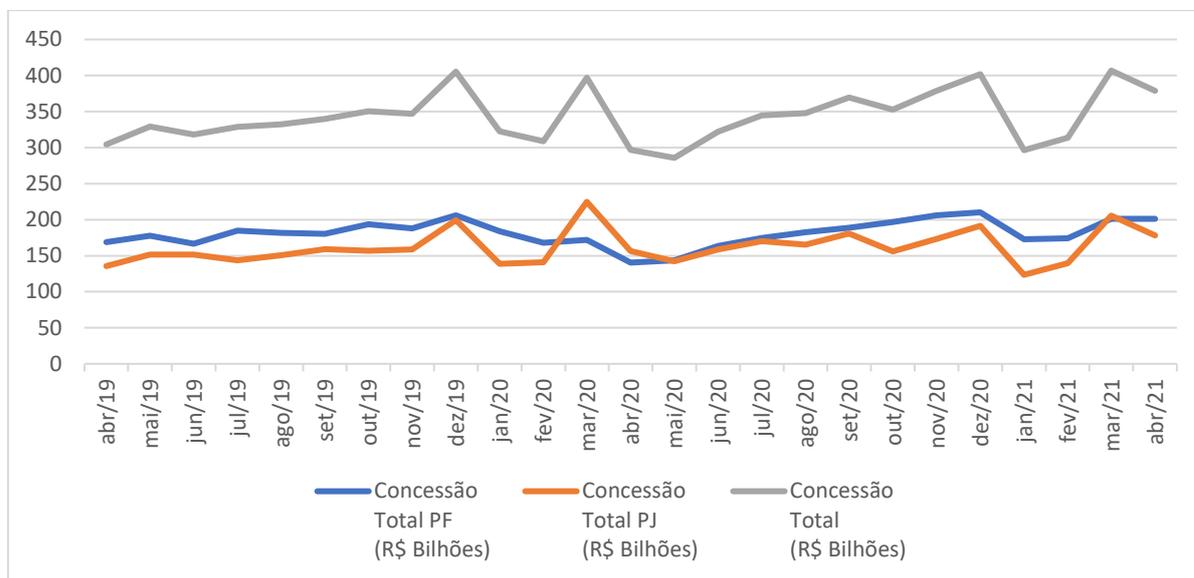
Fonte e Elaboração: Banco Central

Em abril de 2021, as concessões totais de crédito do SFN somaram saldo de R\$ 378,9 bilhões, destes, R\$ 201 bilhões foram direcionados a pessoa física e R\$ 177,9 bilhões a pessoa jurídica. Em relação ao mês de março as concessões totais de crédito no SFN somaram R\$ 406,8 bilhões, tendo havido retração de 13,5 % para as concessões pessoa jurídica e sem variação nas concessões para pessoa física.

No acumulado do ano, em relação ao mesmo período de 2020, as concessões totais cresceram 6,2%, representados pela queda de 1,2% para PJ e expansão de

13,9% em PF. O Gráfico 35 ilustra as Concessões médias (R\$ bilhões) de crédito para PF e PJ.

Gráfico 35 - Concessões médias (R\$ bilhões) de crédito para PF e PJ

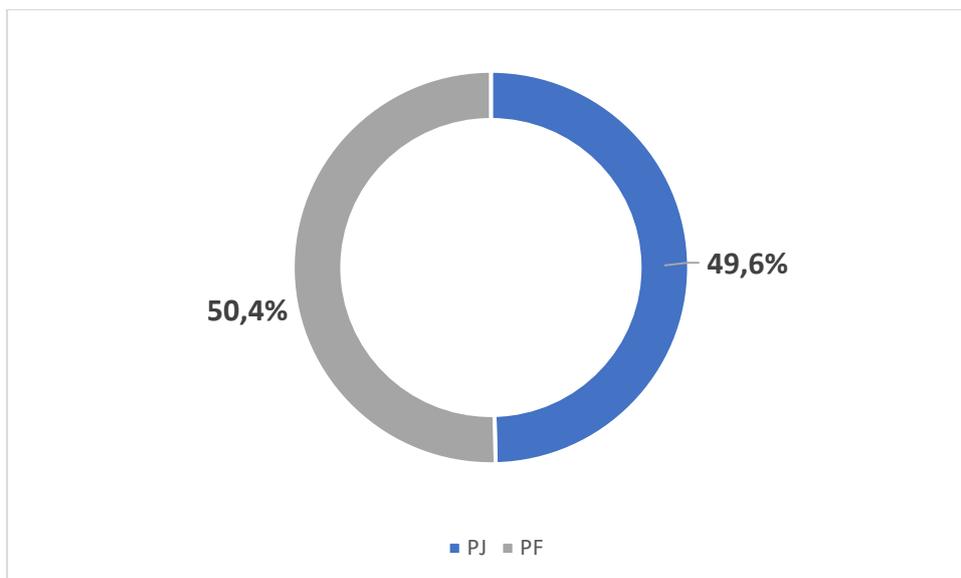


Fonte: Banco Central, 2021

Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa da USJT, 2021.

No crédito livre as concessões apresentaram decréscimo de -7,1% no mês, resultado puxado pelas quedas de 12,8% nas concessões para pessoa jurídica e de 0,7% para pessoa física. Na comparação trimestral as concessões do crédito livre tiveram variação positiva 4%, no ano a variação é de 2,9%. O saldo total das operações somou R\$ 2,3 trilhões em abril. O Gráfico 36 ilustra a Participação percentual de PJ e PF nas concessões de crédito livre.

Gráfico 36 - Participação percentual de PJ e PF nas concessões de crédito livre.

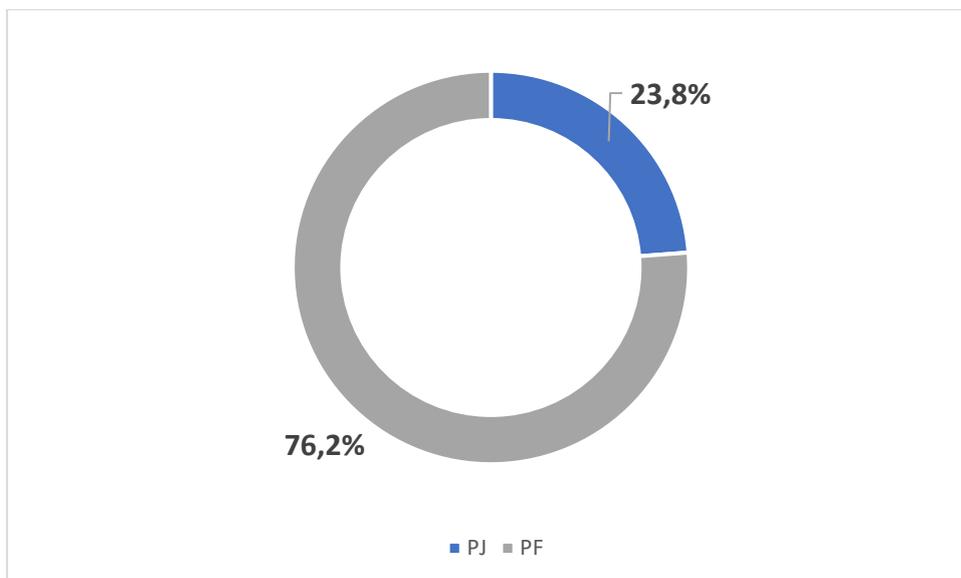


Fonte: Banco Central, 2021
Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa da USJT, 2021.

As concessões de crédito direcionado à pessoa jurídica totalizaram um saldo de R\$ 9,3 milhões, apresentando contração de 25,5 % com relação a março. As modalidades de crédito que tiveram decréscimo foram as de crédito rural com contração de 37,3% e operações contratadas diretamente com o BNDES ou por outras instituições financeiras por meio de repasse com contração de 33,1%.

Já para pessoa física, as concessões de crédito direcionado totalizaram um saldo de 29,8 milhões com expansão de 4,2% em relação ao mês anterior. Destacando-se uma elevação de 15,4% no crédito rural e uma redução na concessão de crédito direcionado nas demais modalidades (financiamento imobiliário, operações contratadas diretamente com o BNDES ou por outras instituições financeiras e outros créditos não classificados anteriormente). O Gráfico 37 descreve a participação percentual de PJ e PF nas concessões de crédito direcionado.

Gráfico 37- Participação percentual de PJ e PF nas concessões de crédito direcionado.



Fonte: Banco Central, 2021.
Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa da USJT, 2021.

Na modalidade de crédito pessoal (consignado e não consignado) o saldo totalizou R\$ 604.578 milhões no mês de abril, apresentando variação mensal de 2,08%. Na modalidade de cheque especial o saldo total em abril foi em R\$ 20.759 milhões apresentando variação mensal de 1,3%, 6,5% no trimestre e -15,6% nos últimos 12 meses. Na modalidade de aquisição de veículos o saldo total em abril foi de R\$ 225.154 milhões, apresentando variação mensal de 0,4%, 1,4% no trimestre e 9,3% nos últimos 12 meses.

Indicador de Custo de Crédito E Inadimplência

No mês de abril o indicador de custo de crédito (ICC), atingiu 17,2% a.a., após aumento de 0,1 p.p. no mês e declínio de 2,5 p.p. na comparação interanual. No crédito livre não rotativo, o ICC permaneceu estável no mês com 22,6% a.a., e, continuou em trajetória de redução na comparação interanual (-2,7 p.p.). O spread geral do ICC situou-se em 12,2 p.p., representando aumento de 0,1 p.p. e redução de 1,9 p.p. nas mesmas bases de comparação. O Gráfico 38 ilustra o ICC e taxas de juros do crédito livre (exclui crédito rotativo).

Gráfico 38 - ICC e taxas de juros do crédito livre (exclui crédito rotativo).

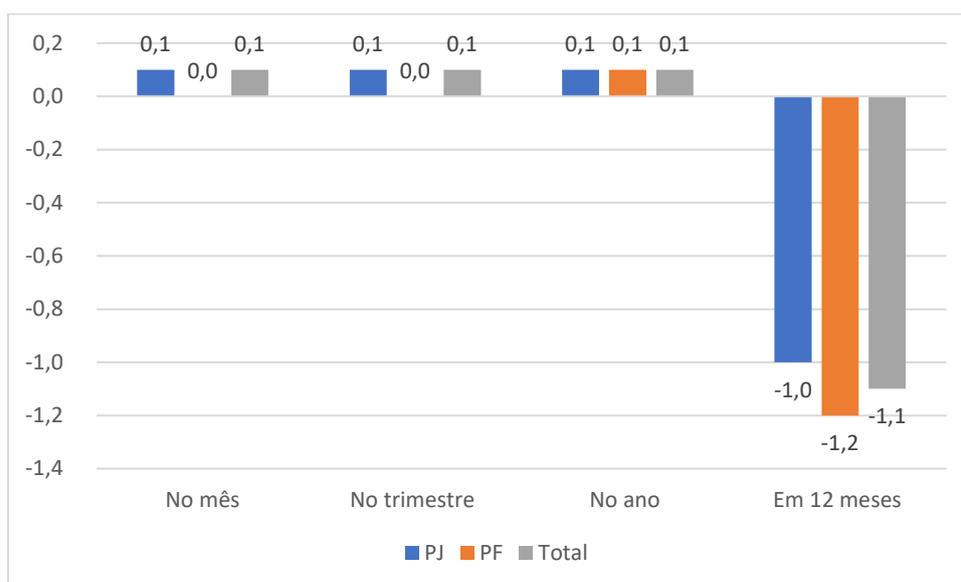


Fonte:

Banco Central, 2021.
 Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa da USJT,2021.

A inadimplência situou-se em 2,2%, variação de 0,1 p.p., oriunda do segmento de pessoas jurídicas. Nas operações com recursos livres, a inadimplência permaneceu estável em 2,9%, enquanto nas com recursos direcionados, situou-se em 1,2%, com variação de 0,1 p.p., distribuída igualmente nos segmentos de empresas e de famílias. O Gráfico 39 descreve a Variação da taxa de inadimplência (em p.p).

Gráfico 39 - Variação da taxa de inadimplência (em p.p).

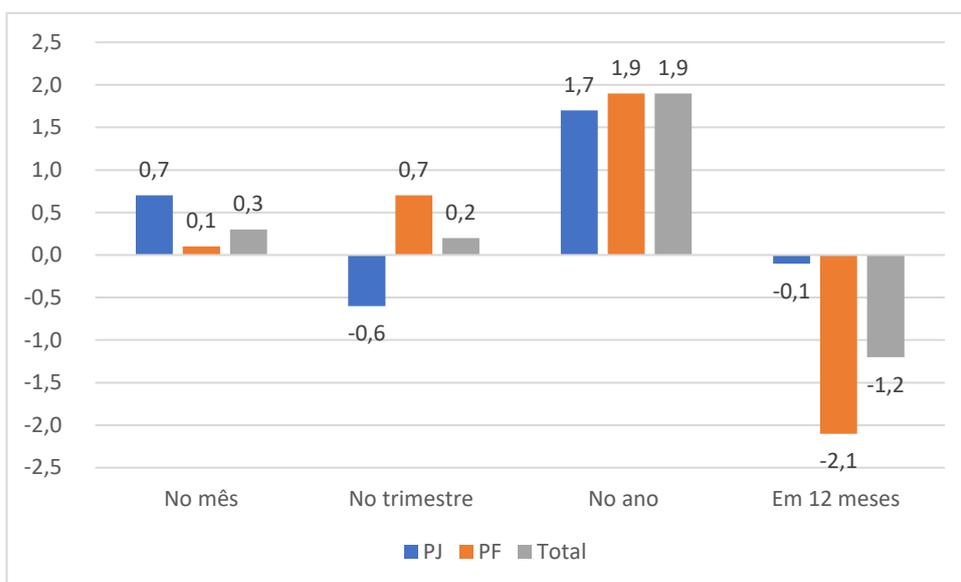


Fonte: Banco Central ,2021.
 Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa da USJT,2021.

TAXA DE JUROS

A taxa média de juros das operações contratadas em abril alcançou 20,3% a.a., aumento de 0,3 p.p. no mês e redução de 1,2 p.p. em doze meses. O spread geral das taxas de juros das concessões situou-se em 12,2 p.p., elevação mensal de 0,1 p.p. e declínio de 1,9 p.p. na comparação interanual. O Gráfico 40 ilustra a Variação da taxa média de juros das operações de crédito.

Gráfico 40 - Variação da taxa média de juros das operações de crédito (em p.p.).



Fonte: Banco Central, 2021.

Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa da USJT, 2021.

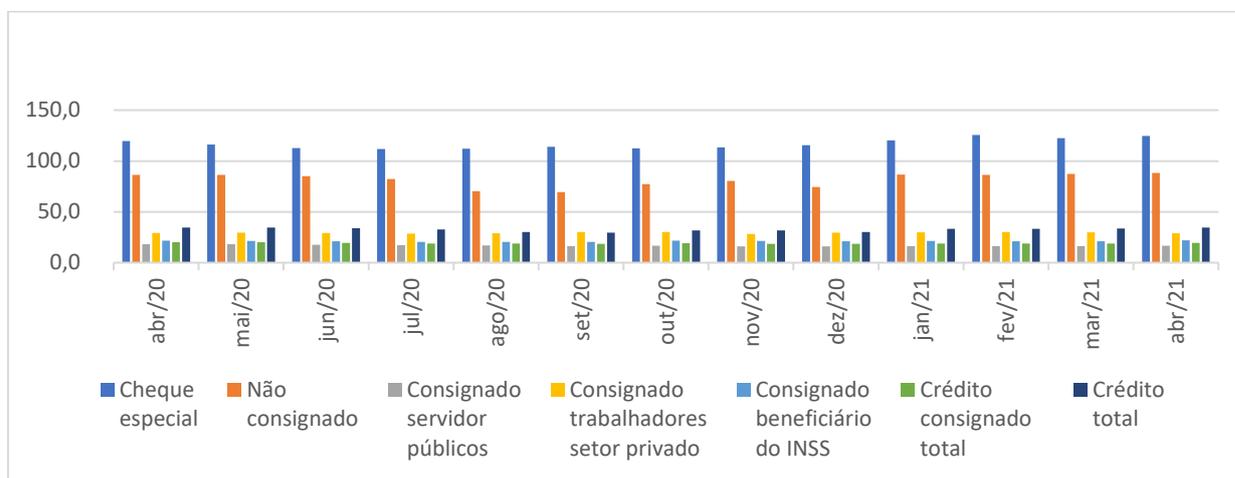
Nas modalidades de crédito pessoa física observa-se bastante variação nas taxas médias devido ao risco atribuído a cada uma delas. A taxa média na modalidade cheque especial encerrou o mês de abril em 124,5 % o que representa uma elevação de 2,2 p.p. em relação ao mês de março. Quando observamos a variação registrada neste ano que está em 8,9 p.p. vemos uma forte tendência de alta.

Em seguida temos os créditos não consignados os quais encerraram o mês de abril com uma taxa média de 88,3% o que representa uma elevação de 1,0 p.p. em relação ao mês anterior.

Por fim temos os créditos consignados como uma modalidade menos arriscada pois as parcelas são debitadas diretamente no salário do colaborador o que reduz a inadimplência. O crédito consignado total (desconsiderando modalidades) encerrou abril com uma taxa média de 19,4% o que representa uma elevação de 0,5 p.p. em

relação ao mês anterior. O Gráfico 41 ilustra a Comparação da taxa de juros nas modalidades de crédito PF (em 12 meses).

Gráfico 41 - Comparação da taxa de juros nas modalidades de crédito PF (em 12 meses).



Fonte: Banco Central, 2021.
Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa da USJT, 2021.

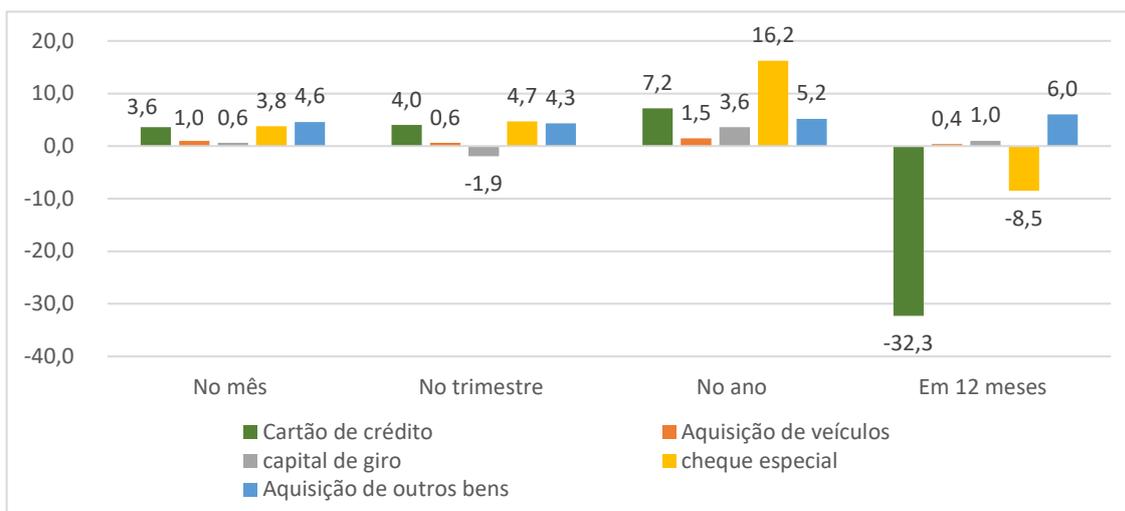
No cartão de crédito a taxa média de juros situou-se em 65,4% a.a, com elevação de 0,8 p.p no mês, 4,4 p.p no trimestre, 8,0 p.p no ano e -16,3 em 12 meses.

Em síntese as taxas médias de juros para operações de crédito pessoa física vem apresentando uma tendência de alta desde o início deste ano o que está de acordo com a trajetória ascendente da taxa básica de juros de nossa economia. A elevação da taxa média tem sido mais acentuada nas modalidades cheque especial e não consignado as quais são mais arriscadas do que nas modalidades de crédito consignado.

Para pessoa jurídica a taxa média de juros das operações foi de 14,7% a.a. Destaca-se o aumento de 3,8 p.p na taxa média de juros do cheque especial no mês de abril, no trimestre a variação da modalidade chega a 4,7 p.p e no ano 16.8 p.p. No cartão de crédito para PJ a taxa média de juros situou-se em 32,2% a.a, com elevação de 3,6 p.p no mês, 4,0 p.p no trimestre, 7,2 p.p no trimestre e -32,3 p.p em 12 meses. O Gráfico 42 ilustra a Variação da taxa de juros das principais modalidade de crédito PJ.



Gráfico 42 - Variação da taxa de juros das principais modalidade de crédito PJ.



Fonte: Banco Central

Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa da USJT.

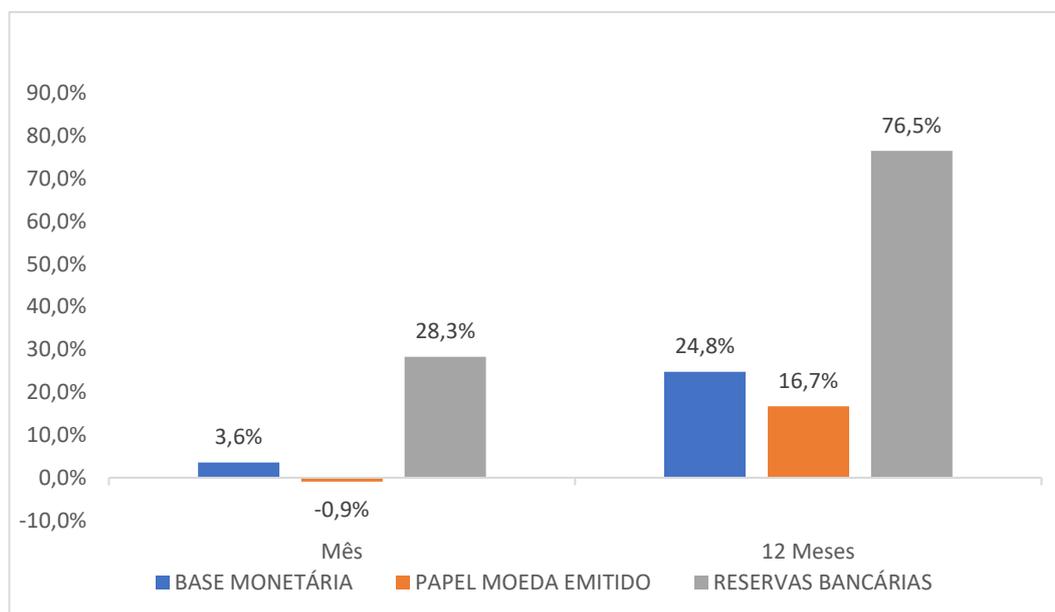
Agregados Monetários

A base monetária alcançou R\$420 bilhões em abril de 2021, com aumento de 3,6% no mês e 24,8% em 12 meses. Deste total, R\$ 339 bilhões representaram o papel moeda em poder do público com variação percentual de - 0,9 % no mês e 16,7% em 12 meses. O montante restante de R\$ 80 bilhões foi relacionado as reservas bancárias que apontaram variação de 28,3% no mês e 76,5% em 12 meses.

Entre os fluxos mensais dos fatores determinantes da base monetária atuaram de forma contracionista com as operações do Tesouro Nacional (R\$5,4 bilhões), as com derivativos (R\$30,4 bilhões), as da Linha Temporária Especial de Liquidez (R\$6,7 bilhões) e os depósitos de instituições financeiras (R\$0,9 bilhão, com destaque para recolhimentos de recursos de depósitos a prazo, R\$0,6 bilhão, e de recursos de depósitos de poupança, R\$1,1 bilhão) e foram expansionistas as operações com Títulos Público Federais, R\$51,2 bilhões (resgates líquidos de R\$161,4 bilhões no mercado primário e vendas líquidas de R\$110,2 bilhões no mercado secundário), e as do setor externo, R\$9,4 bilhões. O Gráfico 43 ilustra a Variação da Base monetária, papel moeda emitido e reservas bancárias em abril de 2021 e nos últimos 13 meses.



Gráfico 43 - Variação da Base monetária, papel moeda emitido e reservas bancárias



Fonte: Banco Central, 2021.
Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT, 2021.

Os meios de pagamento restritos ou M1, chegaram a um total de R\$579,9 bilhões no mês, um aumento de 0,6%, resultado do crescimento de 1,1% dos depósitos à vista, enquanto o papel-moeda permaneceu estável, queda de - 0,2%. no saldo dos títulos emitidos por instituições financeiras, somou R\$2,3 trilhões, foi contrabalançada pelo crescimento no saldo do M1 (0,6%) e no saldo dos depósitos de poupança (0,6%), R\$1,0 trilhão.

No M2 o saldo apontou fechamento de R\$ 3,922 trilhões com aumento de 0,1% em relação ao mês anterior, 0,9% no trimestre, -1,9% no ano e 15,6% no acumulado em 12 meses. Com aumento de 4,0% em relação ao mês anterior para a categoria de Títulos privados emitidos pelo SFN - Outros.

No M3 o saldo foi de R\$ 8,113 trilhões com acréscimo de 0,8% em relação ao mês anterior, 1,6% no trimestre, 1,0% no ano e 15,2% em 12 meses. Com destaque para o crescimento mensal de 4,4% das operações compromissadas com títulos federais.

No M4 o montante fechou em 8,667 trilhões com acréscimo de 0,4% no mês, 2,5% no trimestre, 2,6% no ano e 16% em 12 meses. O principal componente em M4



que contribuiu para a estabilidade do meio de pagamento, foi o decréscimo no mês de -5,1% dos títulos federais. A Tabela 7 descreve as variações dos principais agregados monetários no mês de abril de 2021, no primeiro trimestre de 2021 e nos últimos 12 meses.

Tabela 7 - Variações dos principais agregados monetários no mês de abril de 2021, no primeiro trimestre de 2021 e nos últimos 12 meses.

Variação %	M1	M2	M3	M4
Mês	0,6%	0,1%	0,8%	0,4%
Trimestre	-1,9%	0,9%	1,6%	2,5%
Ano	-9,5%	-1,9%	1,0%	2,6%
12 meses	23,1%	15,6%	15,2%	16,0%

Fonte: Banco Central, 2021
Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT, 2021.

Em novembro de 2020 a base monetária nacional foi revisada de forma que incorporasse os valores que o Banco Central manteve das demais instituições financeiras para agregar na movimentação do sistema de Pagamentos Instantâneos e consequentemente os fatores condicionantes da base monetária acabaram por também serem revisados para se encaixar nas variações da base monetária e assim registrar seus impactos nas reservas delas. De novembro de 2020 a março de 2021, o saldo revisado da base monetária apresentou aumento médio de 5,3% em relação à série anterior.

Bolsa de Valores

No mercado acionário o mês de maio iniciou-se e manteve os mercados cautelosos/eufóricos ao redor do mundo principalmente com a continuidade do cronograma de vacinação e a retomada econômica mais rápida do que a esperada dos países.

No cenário americano vemos a continuidade do processo de vacinação acelerada do país refletindo os positivos números em relação a quantidade menores de novos casos e agravantes causados pela Crise sanitária mundial. Um ponto

interessante foi os resultados do Payroll refletindo os impactos dos cheques do pacote fiscal do país mostrando a dificuldade da recuperação no mercado de trabalho. Só que por um detalhe diferente, a falta de oferta de mão de obra para as empresas. No âmbito dos estímulos a economia vemos um início de discussão entre a liberação de mais subsídios e a diminuição de ativos pelo Federal Reserve visto a forte recuperação econômica, apoiada por indicadores dos países como PMI e ISM, em conjunto com a inflação forte que impactaram os mercados neste momento.

As expectativas também estiveram centradas no pacote de estímulo de Biden, por parte dos Democratas a uma oferta de US\$ 1,7 trilhão e por parte dos republicanos US\$ 1,0 trilhão.

No cenário Asiático vemos uma recuperação forte, com alta nos indicadores, principalmente da China. Foi um mês marcado por um aumento forte na demanda de commodities como minério de ferro.

No cenário Brasileiro o mês de maio foi marcado dados positivos, vemos uma melhora da expectativa do crescimento do Brasil, uma aceleração das arrecadações, previsão de diminuição do endividamento do Brasil, aumento da confiança do consumidor, vendas do varejo e muitos outros dados.

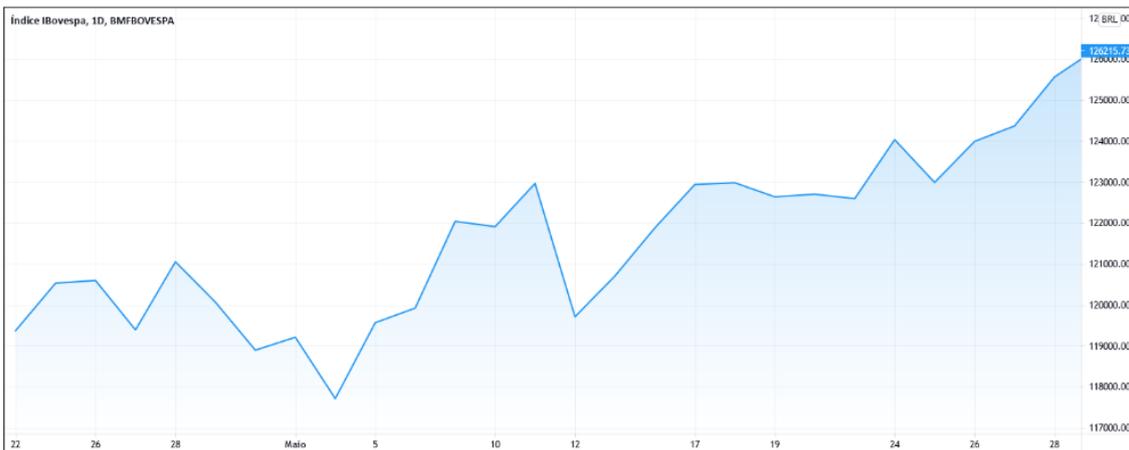
Na Bovespa sua alta podemos creditar boa parte a alguns fatos como o crescimento econômico dos Estados Unidos e China, alta das commodities e pela entrada do investimento estrangeiro. No que se refere à capital estrangeiro no mês de maio vemos um saldo positivo de R\$ 10,8 bilhões segundo melhor resultado depois de janeiro somando uma entrada R\$ 30 bilhões em 2021.

A sinalização de pautas como reformas e privatizações, e aprovação da medida provisória da privatização da Eletrobras na Câmara dos Deputados animou também os mercados pois mostra uma melhora na coordenação política entre o governo e congresso. Também é perceptível a antecipação do mercado frente a retomada otimista da economia visto as menores influências dos efeitos na pandemia na economia apesar do alto número de casos e mortes, e do atraso no programa de vacinação.



O índice Ibovespa, o principal índice de ações do mercado que detém as empresas que correspondem a mais de 80% do volume negociado mensalmente em maio, fechou em uma alta de 6,11%, com um retorno anualizado de 6,04% em 2021. Resultado que mostra o otimismo do mercado frente ao arrefecimento dos efeitos pandêmicos na economia. O Gráfico 44 ilustra o Índice Ibovespa. Maio de 2021.

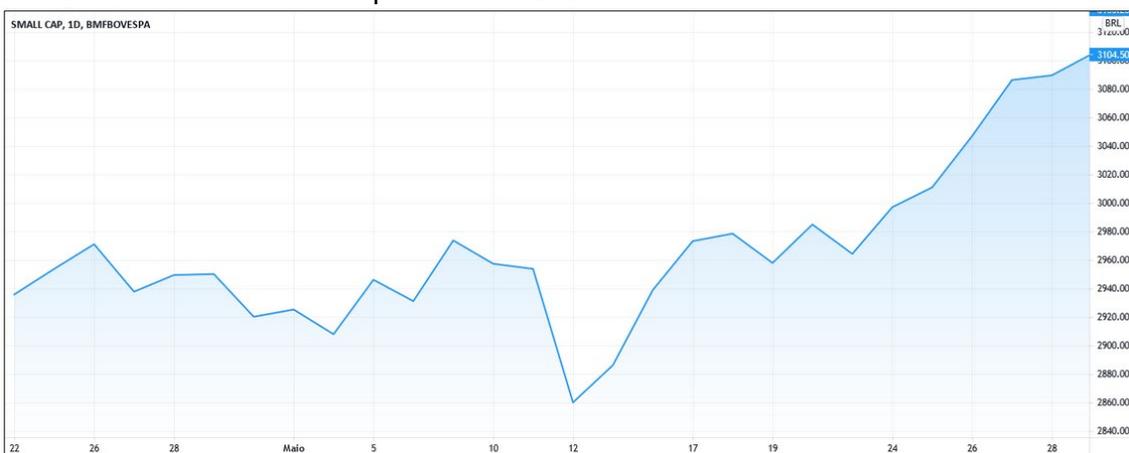
Gráfico 44 - Índice Ibovespa. Maio de 2021.



Fonte e Elaboração: Tradingview.

Seguindo a tendência de otimismo do Ibovespa o índice Small Caps que representa ações com menor capitalização da B3 (ações de companhias menores) fechou em maio em 3.150,00 em pontos, um resultado positivo de 6,34% no mês, com um retorno anualizado de 10,03% em 2021.

Gráfico 45 - Índice Small caps. Maio de 2021.

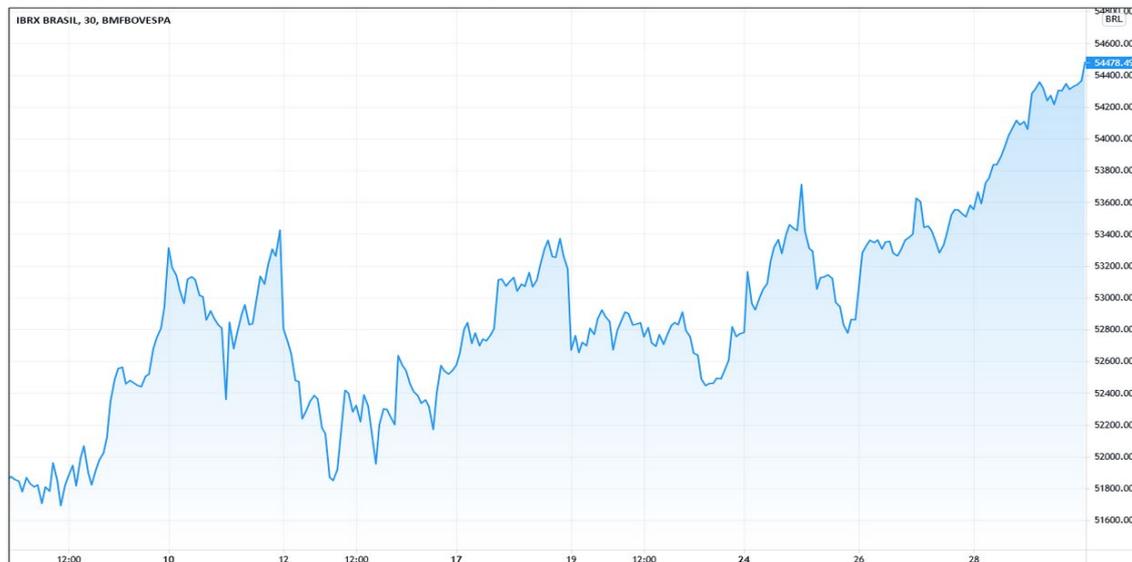


Fonte e Elaboração: Tradingview, 2021.

O índice Brasil, que representa o retorno de uma carteira teórica formada pelas empresas mais negociadas na B3 tanto no critério de volume (liquidez) quanto quantidade fechou em maio em 54.478 pontos, um resultado positivo de 5,92% no

mês, com um retorno anualizado de 8,14% em 2021. O Gráfico 46 ilustra o Índice Brasil. maio de 2021.

Gráfico 46 - Índice Brasil. maio de 2021.



Fonte e Elaboração: Tradingview, 2021.

Em relação aos resultados das empresas no mês de maio, tem-se como os papéis de mais destaque, em um primeiro momento, a Eneva S.A (ENEV3), com alta de 25,87%, puxada principalmente pela possibilidade de distribuição de energia térmica por parte da empresa, visto que o país vem enfrentando uma crise de energia elétrica.

Outros papéis interessantes são: BRF (BRFS3) com alta 23,10%, decorrido da grande compra de ações ordinárias da companhia por parte da Marfrig; Cielo (CIEL3), com alta de 23%; AMBEV (ABEV3) com 20,15%, decorrente do grande aumento do número de vendas de seus produtos e, por fim, a Cia. Hering com aumento de 19,99%.

Já com relações as quedas presentes no mês de maio, se cita Suzano (SUZB3) com -11,56% como umas principais quedas. A empresa de papel e celulose, após enfrentar grande alta em um período passado, acabou por apresentar grande queda, devido à queda do preço de seus produtos. Contudo, ainda há boas perspectivas para empresa, devido ao projeto "Cerrado" que foi anunciado pela empresa, o qual possui como intuito, como foi dito pela própria companhia, "maior fábrica de celulose de linha única de eucalipto do mundo" em MS.

Outros papéis interessantes são: Banco Inter (BIDI11) com queda -11,53%, resultado da grande venda de suas ações após as grandes altas, assim, os investidores acabaram por efetivar seus lucros; Usiminas (USIM5), com queda de -11,49%, resultante, também, dos investidores embolsando lucro após as grandes altas no último ano; B2W(BTOW3) com -11,24%, decorrente da divulgação dos dados de balanço não muito animadores, mostrando as dificuldades encontradas no processo de fusão junto as Lojas Americanas (LAME4). Por fim, tem-se a Locaweb (LWSA3) registrando resultado negativo de -9,07% acompanhando o cenário péssimo que as empresas de tecnologia vêm enfrentando.

Comparado a outros investimentos, a bolsa, aliada ao Ouro foi à aplicação que teve o melhor desempenho no mês de maio, 6,11% e 7,36% respectivamente. A valorização de 6,16% do BOVA11 (ETF que replica as ações do Ibovespa) foi superior às aplicações em Tesouro Prefixado com Juros (-0,23%), índice de BDRs (-5,15), Fundos Imobiliários (0,65%) e demais ativos. Destacam-se com resultado negativo as aplicações em Bitcoin (-37,21%) e em dólar (-4,55). A Tabela 8 ilustra o desempenho das aplicações em maio/21 (em %).

Tabela 8 - desempenho das principais aplicações financeiras em maio/21 (em %).

Desempenho das aplicações em maio/21 (Em %)	
Ibovespa	6,11
ETF S&P 500	0,63
IGPM	4,10
Tesouro prefixado com juros	-0,23
Tesouro prefixado	-0,07
Índice de BDRs	-5,15
Ouro	7,36
IPCA-15	0,44
Índice de Fundos Imobiliários	-0,65
Poupança velha*	0,2
Tesouro IPCA	0,44
RDB	0,54
LC	0,63
CDB banco médio/pequeno	0,67
Debênture incentivada*	0,85
Debênture	0,68
LC e LCA*	0,53
CDI	0,2
CDB banco grande	0,16
Poupança nova*	0,2



Tesouro Selic	0,28
Tesouro IPCA com juros	0,08
Dólar	-4,97
Bitcoin	-37,21

* Investimentos isentos de imposto de renda.

Fonte: Yubb e CMA, Investing, Anbima, Tesouro Direto, 2021.

De acordo com os dados divulgados pela Anbima vemos uma captação líquida em abril de R\$23,3 bilhões na indústria de fundos. No ano a entrada é de R\$124,1 bilhões valores que representam 70% do saldo líquido de 2020. A maior captação é da classe FIDC (fundo de investimentos em Direitos Creditórios) e em segundo lugar os fundos multimercado, do tipo investimento no exterior.

Outro fato interessante foi a volatilidade no mercado de moedas digitais. As principais moedas como Bitcoin acumulou uma queda 37,21% e Ether que chegou a registrar uma queda de 49,8%, mas teve recuperação. Quedas registradas após a altas maiores que a média que apesar da queda ainda apresentaram resultados positivos no ano.

7. Considerações Finais

O crescimento econômico de 1% no primeiro trimestre de 2021 em comparação ao mesmo trimestre de 2020 ainda é insuficiente para expandir a renda per capita, pois a taxa de crescimento demográfico (pelo Censo de 2010) é muito próxima a 1%. O agronegócio foi o que apresentou o maior crescimento produtivo. Contudo, é importante considerar que as ocupações geradas pelo agronegócio costumam ser mais precárias (baixa remuneração, sazonalidade, etc). O avanço dos investimentos produtivos (FBKF) e o crescimento das exportações contribuíram para o tímido crescimento econômico verificado no primeiro trimestre deste ano. Este aumento do FBKF é muito compatível com o aumento da produção industrial. As exportações também estão muito associadas ao desempenho do agronegócio. Contudo, a inflação cresceu, puxada principalmente pela habitação e transportes.

Com um crescimento econômico ainda reduzido, nota-se um mercado de trabalho desaquecido, marcado pela elevada desocupação e salários estagnados. A combinação de baixo crescimento econômico com inflação em alta produz perdas no poder de consumo das famílias, desestimulando a demanda agregada. Como “colchão amortecedor” foi possível verificar o aumento neste primeiro trimestre dos ocupados informais (conta própria e domésticos), ocupações que costumam remunerar menos. Os dados para o mercado de trabalho se associam fortemente não apenas com o baixo crescimento econômico verificado, mas com uma estrutura produtiva de baixa complexidade econômica e tecnológica, marcada por baixa produtividade do trabalho e baixa produtividade total dos fatores (PTF). Problemas estruturais, somados a pandemia e às políticas fiscal e monetária tímidas, tendem a gerar menos modernização produtiva, menos crescimento econômico e menos empregos de qualidade. Os resultados das contas públicas mostram que, mesmo diante de um baixo crescimento econômico a arrecadação federal tem crescido, o que permitiria ao governo federal, no mínimo, retomar obras públicas paradas vitais para a saúde da população (centros de saúde, por exemplo) e saúde da economia brasileira (obras em infraestrutura). A dívida líquida do setor público próxima a 60% do PIB mostra que há algum espaço fiscal para aumento dos gastos públicos produtivos. O



lado externo da economia brasileira, embora menos vulnerável do que nas décadas de 70 e 80, ainda mostra a dependência com exportações das commodities e com o capital estrangeiro especulativo. A política monetária tem inibido o crescimento econômico, com a elevação da SELIC (metas de inflação) e custo de crédito alto, tornando o ambiente de negócios menos dinâmico para a produção de bens e serviços.

Uma agenda de reformas econômicas deveria ser pautada pelos seguintes itens: 1. Criação de uma política industrial direcionada para as atividades com elevados impactos para “frente” e “para trás” na cadeia produtiva nacional, notadamente em atividades tecnológicas na indústria e serviços ligados a revolução 4.0; 2. Políticas de combate à desigualdade de renda, destacando a reforma tributária com impostos progressivos e sobre fortunas; 3. Políticas de ampliação da produtividade do trabalho, com ênfase no capital humano de qualidade (via educação) e investimentos em *PeD*; 4. Mudanças nas “regras do jogo econômico” com favorecimento do capital produtivo em detrimento do capital financeiro.

OBERVATÓRIO ECONÔMICO E SOCIAL

COORDENAÇÃO: Prof. Gilberto Fernandes da Costa e Prof. Miguel Huertas Neto

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA USJT

COORDENAÇÃO DO BOLETIM: Prof. Miguel Huertas Neto

EQUIPE DE ELABORAÇÃO:

Prof. Gilberto Fernandes da Costa

Prof. Vladimir Camillo Sipriano

Alunos:

Alexandre Izidorio Paschoalato Silva	Matheus de Jesus Sol Posto
Ana Carolina Maciel	Mayara Santana Silva
Augusto Sousa	Nathalia Inagaki Rizzo Penteadó
Claudio Rubens Silva Filho	Paloma Cristina Machado Leite
Eduardo Cury Drumond	Raquel Marinho
Eduardo Donini Grassmann Guido	Raul Carvalho Castanheiro
Enzo Skalla Gracce	Renan Tiberio Olovics
Felipe Rodrigues	Sara dos Anjos Silva
Gabriel Curti Barbosa de Souza	Sofia de Oliveira Barder
Gilberto Romulo Nardes Piccoli	Taina Nicolini Lima
Guilherme Eduardo Segredo	Tales Menezes Mota
Jean Viana Santana	Tamires Barbosa Araújo
João Victor de Oliveira Hevia	Thais dos Anjos Mendes
José Savio da Rocha Galdino	Thayná Coussirat Pompeu Sullivan Ferreira
Kayque Tadeu Ferreira dos Santos	Victor da Silva Melo
Leonardo Ferreira Gonçalves	Victor dos Santos Gallo
Maria Eduarda Mendes da Costa	Vinicius Franco Silva